## Morte de Sérgio da Silva Pinto

A classe dos bibliotecários e arquivistas tem sofrido, nos últimos tempos, perdas irreparáveis. Vimos partir do nosso convívio colegas queridos como António Magalhães, Emília Félix, Jorge Cró. Agora temos a lamentar nova perda e igualmente de muito valor. Trata-se de Sérgio da Silva Pinto, que era distinto director da Biblioteca e Arquivo Distrital de Braga. Nascido na cidade dos arcebispos aos 26 de Junho de 1915, licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1939 e, mais tarde, tirou o Curso de Bibliotecário-Arquivista com elevada classificação. Em 1941, na cidade que lhe fora berço, fundou o Colégio de São Tomás de Aquino. Em 1949 foi eleito vereador da Câmara Municipal de Braga e coube-lhe o pelouro da cultura, onde desenvolveu uma acção notabilíssima, avultando entre as inúmeras iniciativas que levou a cabo o XIV Centenário de São Martinho de Dume, em 1950, o Congresso do IV Centenário de Francisco Sanches, em 1951, o I Congresso de Etnografia e Folclore, em 1956, e o Colóquio de Estudos Suévicos-Bizantinos, em 1957.

Sob o ponto de vista profissional foi conservador das Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa e de Economia do Porto, sendo posteriormente nomeado director da Biblioteca e Arquivo Distrital de Braga. Dirigiu desde 1949 a revista *Braccara Augusta* e

desde 1961 O Distrito de Braga.

Era ainda sócio do Instituto de Coimbra, da Real Academia Galega, Sociedade de Geografia de Lisboa, Instituto de Estudios Leoneses de la Casa de Leon, de Madrid, Comitato Interna-

zionale per l'Unitá e l'Universalitá della Cultura, Roma, etc.

Ao fazer o seu elogio fúnebre, o articulista de O Primeiro de Janeiro, em crónica de Braga, afirmou a propósito de Sérgio Pinto: «Voltado, debruçado irresistivelmente para as sugestões e os mistérios do passado, que exerciam uma avassaladora influência sobre a sua alma diamantina de poeta (as velhas pedras, os venerandos textos e documentos e as sagradas relíquias semelhavam a rimas dos seus poemas) era um homem discreto, silencioso, cheio de pudores íntimos, para quem os dias de hoje, os dias tão rápidos em que viveu, se diria terem apenas o encanto perturbante de lhe permitirem sonhar nos dias de outrora...»

Foi também encarregado de Curso da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cargo que presentemente exercia, e preparava ainda as suas provas para doutoramento naquela

mesma Faculdade.

Da sua vasta bibliografia destacamos alguns dos seus principais trabalhos:

A naturalidade de Francisco Sanches. Braga, 1946; O bispo de Braga Balcónio e a primeira conversão dos suevos. Braga, 1949; O primeiro tratado de aliança anglo-português (Tratado de Tagilde de 10 de Junho de 1372). Braga, 1949; O carácter complexo da eleição de 1385. De como D. João I não foi nas cortes de Coimbra estritamente eleito. Porto, 1958; Ainda o lendário de Aljubarrota. Porto, 1960; O casamento válido de D. Inês de Castro. Porto, 1961; O problema da época do achamento das Canárias pelos portugueses (Reinado de D. Afonso IV ou de D. Dinis?). Lisboa, 1961.

## Doutores Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida

Por imposição da lei do limite de idade, os Professores Doutores Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida, professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, deixaram, respectivamente, os cargos de director do Arquivo e da Biblioteca Geral da mesma Universidade, depois de estarem à sua frente por mais de 25 anos. Professores distintos, souberam impor-se a todos os que com eles privaram pelo seu muito saber, pelo seu fino trato. Autores de vasta bibliografia, estudaram com minúcia e profunda erudição muitos dos ricos acervos dos estabelecimentos que dirigiram com tanta dedicação e carinho. Será ainda de referir que foi durante a sua vigência que aqueles dois estabelecimentos se viram dotados de edifícios novos, funcionais, e para os quais se forneceram os quadros de pessoal e o material necessários. Os Doutores Mário Brandão e Lopes de Almeida foram os grandes animadores destas duas notáveis realizações, que constituiram os primeiros edifícios, em nossos dias, a serem construídos propositadamente para tais efeitos. Se outros títulos de elogio não tivessem já, bastava-lhes aqueles dois — obreiros dos modernos estabelecimentos — para os creditarem da nossa profunda estima e respeito.

#### Reuniões de trabalho

Lishoa

Nas bibliotecas do ISCEF e do IST realizaram-se reuniões de trabalho para os bibliotecários de bibliotecas universitárias, dirigidas pela colega Dulce Cabrita (ISCEF).

Da agenda de trabalhos constaram os seguintes pontos:

1 — O papel do bibliotecário de estabelecimentos universitários.

2 — As bibliotecas universitárias e a sua reforma.

3 — Quadro tipo do pessoal das bibliotecas universitárias. Atribuições de cada componente deste quadro.

No dia 8 de Junho, os bibliotecários-arquivistas de Lisboa reuniram-se na sala que lhes foi cedida na Biblioteca Nacional.

O Sr. Director da Biblioteca Nacional cumprimentou os colegas presentes, tendo-se congratulado com o facto de lhe ter sido possível ceder uma sala daquele estabelecimento para se realizarem as reuniões de valorização técnica e manifestado a esperança de que essas reuniões venham a ser da maior utilidade para a classe.

Foram seguidamente abordados os problemas incluídos na ordem dos trabalhos, tendo sido reafirmado o interesse que haveria em estabelecer com os colegas de Coimbra e Porto um intercâmbio nestas reuniões.

A fim de não interromper o ritmo fixado (uma reunião na segunda quarta-feira de cada mês), foi deliberado prosseguir com as reuniões durante o período de férias.

No dia 17 de Junho, na Biblioteca da Reitoria da Universidade de Lisboa, houve nova reunião com o fim de estudar problemas técnicos.

Dirigiu a mesma a Dr. a Maria José Leote Leal que expôs sucintamente o problema da criação de um grupo de trabalhos de Organização e Métodos, as vantagens e as desvantagens desta actividade.

O tema foi apreciado por todos os presentes que entenderam ser necessário promover novas reuniões (todas as segundas quartas-feiras de cada mês) e que nelas, uma vez por outra,

deveriam participar colegas do Porto e Coimbra.

O segundo ponto da ordem do dia — o 4.º Encontro dos Bibliotecários e Arquivistas — foi apreciado em seguida, organizando-se, desde já, grupos de trabalho que prepararão colaboração para aquela reunião.

#### Porto

No dia 13 de Agosto, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, esteve presente a maioria

dos bibliotecários-arquivistas desta cidade.

Foi recordada uma reunião de valorização profissional realizada há dez anos, nestá mesma biblioteca, a primeira de uma série ininterrupta de reuniões semanais (todas as 5.as-feiras), que prossegue com interesse constante.

Continuou-se o ajustamento da colaboração a dar ao Encontro de Luanda.

Discutiu-se sobre a posição dos bibliotecários das bibliotecas universitárias perante as novas disposições legais anunciadas, e a utilidade de efectuar diligências junto das entidades superiores.

Foi posto em destaque o óbvio interesse de um intercâmbio mais estreito com todos

os nossos colegas de Além-Douro.

Apesar das reuniões semanais não serem interrompidas no período de férias, foi marcada para o dia 17 de Setembro, às 10 horas, uma reunião especial, em que se tratarão os seguintes temas:

a) IV Encontro

1. Comparência e colaboração.

2. Envio dos trabalhos para Luanda.

b) A situação dos bibliotecários das Universidades.

c) Os meios de valorização profissional.

#### Coimbra

Realizou-se no passado dia 12 de Junho uma reunião de bibliotecários e arquivistas de Coimbra.

O Director da Biblioteca Municipal de Coimbra, Armando Carneiro da Silva, apresentou os sucessivos projectos para as novas instalações daquela Biblioteca. No decurso da reunião foram abordados problemas da leitura pública em Coimbra.

A última reunião geral dos bibliotecários e arquivistas de Coimbra antes das passadas férias grandes realizou-se em 10 de Julho. Os Colegas Maria Túlia de Mendonça Machado de Araújo, Rosa Maria da Mouta Dias e Joaquim Tomás Miguel Pereira, bibliotecários de diversos Institutos da Faculdade de Ciências de Coimbra, apresentaram em conjunto um trabalho sobre a organização das bibliotecas desta Faculdade, referindo, de maneira especial, o papel que lhes deveria caber no quadro da Universidade e no previsto alargamento dos objectivos da investigação científica que esta última deverá futuramente prosseguir. Após a exposição daqueles nossos Colegas, houve uma animada troca de impressões, durante a a qual foram debatidos os aspectos mais salientes da questão e posto em relevo o facto de a biblioteca universitária se ir tornando, pouco a pouco, uma estrutura vital do ensino.

## Bibliotecas Municipais de Lisboa

Biblioteca municipal para cegos

Desde meados de Abril que se encontra a funcionar a biblioteca municipal para cegos, instalada num edifício da Rua de Pedrouços.

O movimento tem sido muito intenso, o que demonstra o significado que a iniciativa despertou, embora a distância a que a biblioteca se situa da zona central da cidade não favoreça a deslocação dos interessados. Desta maneira, a forma de utilização continua a ser a requisição de obras, mais de 400 em mil volumes desde romances até livros de estudo. Nos primeiros meses, esse movimento traduziu-se na requisição de uma média de 90 volumes.

Em grande parte, são as associações portuguesas e países estrangeiros, como o Brasil e a Espanha, que enviam desses livros escritos em «Braille». Assinala-se que os pedidos são efectuados normalmente pelo telefone, procedendo um empregado da biblioteca à sua entrega domiciliária.

Os ficheiros e catálogos estão impressos, também, em Braille.

Um deles, porém, o que se destina aos funcionários não-cegos, é apresentado nos caracteres normais.

Trata-se da terceira biblioteca no seu género e a primeira municipal, no País. A sua direcção está confiada ao Sr. Dr. Orlando de Jesus Monteiro, também cego, que é licenciado em Letras e recentemente terminou o Curso de Bibliotecário-Arquivista.

## A criança e a biblioteca

Na biblioteca municipal do Poço do Bispo desenvolve-se uma curiosa iniciativa, que visa despertar e cultivar na criança o amor do livro e o gosto pela leitura.

As actividades circum-bibliotecárias, que desde Dezembro findo também têm animado a biblioteca do Bairro da Cruz Vermelha, consistem na «Hora do Conto», na representação plástica das personagens do mesmo e na audição de discos infantis adequados à função cultural da iniciativa.

O entusiasmo despertado por este tipo de divulgação cultural manifesta-se numa maior afluência da população infantil às salas de leitura. Entretanto, a Câmara Municipal de Lisboa acaba de divulgar números respeitantes ao movimento das bibliotecas municipais de São Lázaro, do Bairro Dr. Oliveira Salazar (Alvito), do Poço do Bispo, da Avenida Fontes Pereira de Melo, de Alvalade, de Sete Rios (Bairro das Furnas) e Carnide (Bairro Padre Cruz).

Funcionando das 9 às 12, das 14 às 17 e das 20 às 23 horas, e aos sábados das 9 às 13 horas, registaram aquelas bibliotecas, no primeiro trimestre do corrente ano, a frequência de 13 034 leitores, que consultaram 1 254 livros e 21 762 publicações periódicas. No mesmo período, foram emprestados, para leitura domiciliária, 4 695 livros requisitados por 1 979 leitores.

O movimento de leitura nestas bibliotecas, durante o ano findo, foi de 58 118 leitores, que requisitaram 24 914 livros e 95 592 jornais e revistas, tendo sido requisitados para leitura domiciliária 21 532 livros por 9 016 leitores.

# Bibliotecas oferecidas pela Câmara Municipal de Lisboa

«Facilitar a leitura é um processo de contribuir para o desenvolvimento cultural do País, especialmente das camadas jovens».

Esta verdade, que tem sido insistentemente proclamada, nem sempre terá sido devidamente atendida na prática. Desta vez proferiu-a o presidente do município de Lisboa, Eng.º

Santos e Castro, ao fazer entrega de mais vinte bibliotecas municipais, com mais de 6 mil volumes de formação moral e espiritual, recreativos e de divulgação histórica e científica,

da autoria dos mais representativos autores nacionais e estrangeiros.

As bibliotecas vão funcionar nos centros paroquiais de Santa Maria de Belém, São Tomás de Aquino, Sagrado Coração de Jesus, Madre de Deus, S. Mamede, S. Francisco de Paula, Sagrada Família, Socorro, São José e Santa Engrácia; escolas oficiais n.ºs 11, 70 e 119, Casa Pia de Lisboa (em duas secções), Clube Estefânia, Sport Lisboa e Benfica, Sociedade Filarmónica Alunos Esperança, Grupo dos 9 e Grupo Desportivo Império do Cruzeiro.

Ao proceder a essa cerimónia, no Palácio Galveias, lembrou o presidente da edilidade que até hoje, e desde 1959, o município da capital já distribuira 347 bibliotecas móveis com

mais de 100 mil volumes.

A vintena de bibliotecas entregue foi organizada, como em anteriores ocasiões, pela repartição de bibliotecas, museus e arquivos do município lisboeta. Dez destinam-se a centros paroquiais, três a escolas, duas à Casa Pia e as restantes a clubes e sociedades de recreio.

As estantes-bibliotecas, cada uma delas com cerca de 300 livros, foram organizadas

atendendo à mentalidade dos leitores a que se destinam: crianças, jovens ou adultos.

Desde a Bíblia a «Os Lusíadas», de obras de formação religiosa a obras de história pátria ou universal, há um pouco de tudo: Júlio Dinis, Júlio Verne, Gil Vicente, Garrett, Herculano, Eça, Camilo, Aquilino, Redol, Fialho, Namora. E há Hemingway («O Velho e o Mar»), e Tomás de Figueiredo, e Steinbeck, e Machado de Assis e muitos outros autores.

#### Dia do Bibliotecário

No passado dia 29 de Maio realizou-se, na Feira do Livro de Lisboa, o Dia do Bibliotecário.

Esta comemoração que se vem efectuando desde 1965 por iniciativa da Direcção do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, revestiu, este ano, um particular interesse, pois, num gesto de significativo apreço pela classe dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, aquela Direcção homenageou o bibliotecário mais antigo em actividade, Dr. Durval Pires de Lima, oferecendo-lhe um diploma entregue pelo Sr. Dr. Luís Forjaz Trigueiros que proferiu as seguintes palavras:

#### Ex.mo Senhor Dr. Durval Pires de Lima

«O Senhor Fernando Guedes, Presidente do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, está ausente de Portugal, no Festival Internacional do Livro em Nice, a representar a Direcção do Grémio. Só por esse motivo me cabe a mim a honra e o prazer de cumprimentar V. Ex.ª e de fazer a entrega do diploma instituído pelo Grémio com as palavras que por si só dispensariam quaisquer outras, porque consta do diploma que V. Ex.ª passa a ter a partir de hoje o título de «Amigo do Livro» pela dedicada colaboração na difusão da cultura. Eu creio que não há melhor diploma que a legenda deste documento porque a difusão da cultura, tal como V. Ex.ª a tem praticado, tal como os bibliotecários a praticam, não é apenas uma forma técnica. Não quero falar em biblioteconomia, prefiro antes falar de bibliotecologia, uma «ciência da biblioteca», de que V. Ex.ª é intérprete e executante prestigioso, e todos nós sabemos, quer os que trabalhamos directamente com livros como editores e livreiros, quer os que somos,

e eu sou, um pouco escritor e de certo modo bibliófilo, a importância que tem a acção do bibliotecário, a sua acção técnica num plano específico, a sua acção cultural.

Por esse motivo eu queria felicitar V. Ex.ª em meu nome e no da Direcção do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros e, ao fazer a entrega do diploma, relembrar os altos serviços que V. Ex.ª tem prestado, nomeadamente, à frente da Biblioteca Popular de Lisboa».

Em agradecimento o homenageado afirmou:

«Eu, quando recebi esse ofício que me penhorou tanto, apressei-me a agradecer e a dizer que era injusta a homenagem prestada a mim, porque havia uma pessoa mais antiga do que eu, que era a nossa Colega Carlota Gil Pereira.

Eu tenho, o que para mim já é um sinal de que estou a chegar quase ao estado de decrepitude, 36 anos e meio de serviço, e a minha Colega tem 38. Mas a situação dela quase que já afastada do serviço creio que a colocou de parte, portanto... Agradeço muito ao Grémio em particular ao Dr. Luís Forjaz Trigueiros, que representa o Presidente, a homenagem que me prestam. Coube-me receber a homenagem de V. Ex.<sup>as</sup> e se V. Ex.<sup>as</sup> me autorizam endosso essas homenagens a todos os meus Colegas das bibliotecas e arquivos.

Sou mais do que eles apenas numa coisa, ser o mais antigo actualmente, não sei por quantos anos. Quanto às palavras muito amáveis de V. Ex.ª acerca do que eu tenho feito, tenho procurado, infelizmente sem conseguir, aquilo que desejava: tornar realmente a Biblioteca Popular de Lisboa numa Biblioteca que fosse útil a toda a gente. A Biblioteca para que se não exige cartão de identidade é uma biblioteca que está aberta a todos e eu tenho procurado valorizá-la principalmente, mesmo até para a cultura superior, lembrando-me sempre dos laços que unem tanto Portugal ao Brasil como Portugal à Espanha. Infelizmente... a falta de um edifício impede que haja leitura pública e isso prejudica muita gente.

A Biblioteca tem um número razoável de leitores. Para a situação em que se encontra, a leitura melhorou muito em qualidade, mas eu desejaria que ela pudesse ser extensiva aos rapazes e operários, como antigamente era. Verifico pelas estatísticas anuais que os nossos operários não se importam com a leitura, ignoram talvez a facilidade que a Biblioteca lhes dá de requisitar durante um período de 15 dias, que é sempre renovável, um livro, sem gastarem mais do que o trabalho de lá irem preencher um termo de responsabilidade e arranjarem duas fotografias.

E essas palavras que V. Ex.ª me disse e a homenagem que me prestam, que eu endossei aos meus Colegas, é também uma consolação para o serviço que sirvo já, creio que há 24 anos, e no qual naturalmente espero morrer, embora infelizmente sem casa.

Senhor Doutor, muito obrigado».

Associaram-se a este acto numerosos bibliotecários, arquivistas e documentalistas que no final visitaram a Feira, apreciando demoradamente os pavilhões, particularmente aqueles que expunham livros de interesse profissional.

#### Feiras do Livro em Lisboa e no Porto

Promovida pelo Grémio dos Editores e Livreiros, a Feira do Livro voltou a ter efectiva presença em Lisboa no mês de Junho, reunindo, na Avenida da Liberdade, 74 pavilhões nos quais foram expostos 220 000 livros com variados temas e autores.

A exemplo dos anos anteriores, houve dias consagrados ao livro ultramarino, brasileiro, infantil e olissiponense e ainda aos bibliotecários.

A delegação no Porto do referido Grémio organizou também uma Feira do Livro que

reuniu pavilhões de 28 livrarias.

## A Feira do Livro-71 de Lisboa

A Comissão encarregada de organizar a 41.ª Feira do Livro de Lisboa, prevendo o alargamento do certame e dado que a Câmara Municipal não cederá novo talhão na Avenida da Liberdade, estuda o melhor local para a instalação da Feira.

Estão previstas também várias inovações, nomeadamente na configuração dos pavilhões, que devem ser suficientemente amplos para que o público ledor ou comprador, escritor

ou crítico, possa ter espaço bastante para manusear os livros à vontade.

Os locais já previstos são o Campo Grande, a Praça da Figueira e o alto do Parque Eduardo VII.

## 1.as Feiras do Livro de Castelo Branco e de Peniche

Integrada nas festas da cidade de Castelo Branco, um grupo de livreiros locais organizou, de 20 de Junho a 13 de Julho últimos, a 1.ª Feira do Livro da cidade contribuindo assim para divulgar os melhores autores nacionais e estrangeiros entre os habitantes da região.

Idêntico certame realizou-se também em Peniche.

São muito de louvar estas iniciativas que desejaríamos ver divulgadas noutras localidades.

# A educação no Ultramar

Na reunião do Gabinete de Estudos da Direcção-Geral de Educação do Ministério do Ultramar, que se iniciou no dia 8 do passado mês de Agosto, entre os temas tratados no que diz respeito à educação e ensino no Ultramar, foi analisada a «situação actual, projecção no ambiente e necessidades mais prementes das bibliotecas públicas, arquivos históricos e museus de cada província.

# Cooperação na documentação em Angola (1)

A cooperação tem-se tornado, irreversivelmente, uma das condições de eficiência no mundo actual, a todos os níveis e em todos os sectores da actividade humana. As formas de cooperação são variadíssimas, desde o simples trabalho em grupo até aos grandes blocos económicos e políticos de base geográfica. Com efeito, as necessidades de superação da capacidade individual para enfrentar imperativos concorrenciais, e a própria dimensão das tarefas a que o homem mete ombros, têm destruído irrecuperàvelmente os mitos do enciclopedismo e da auto-suficiência.

Não surpreende, portanto, que, perante a explosão da bibliografia científico-técnica à escala mundial, um dos sectores de actividade mais pressionados no sentido da cooperação

<sup>(1)</sup> Artigo publicado no «Diário de Luanda» de 9-03-1970.

seja precisamente o da documentação e da informação. Por isso mesmo a cooperação entre bibliotecas e centros de documentação constitui de há muito uma preocupação dos responsáveis, na medida em que permite encarar uma potencialização de recursos reconhecidos como utópicos através dos esforços isolados. O problema ganha particular acuidade nos centros de documentação e nas bibliotecas científicas e técnicas, aos quais se põe com uma premência crescente e com um carácter de especificidade cada vez mais definido.

Em Angola, naturalmente, e já desde há alguns anos, procurou-se planificar um certo número de tarefas tendentes a estabelecer algumas formas de cooperação que viessem preencher as enormes lacunas e a dispersão verificadas no conjunto dos recursos bibliográficos e documentais da Província. É justo recordar que a primeira recomendação da Mesa Redonda sobre Problemática da Informação Científica e Técnica, realizada em Luanda de 18 a 20 de Junho de 1963, era precisamente: «Estruturar um plano de cooperação que permita o aproveitamento máximo dos recursos locais». Este ponto de partida foi objectivado e ampliado, logo a seguir, pelas recomendações do Seminário sobre Planeamento da Informação Científica e Técnica no Ultramar Português (21-22 de Junho de 1963) e pelas recomendações de um grupo de trabalho constituído «ad hoc» (12 de Julho seguinte). Ainda em 1966 se abordavam de novo alguns aspectos dos problemas nas recomendações de outro grupo de trabalho ao Conselho Coordenador da Investigação Científica (em sequência da reunião deste em 4 de Janeiro), e, durante o Curso de Técnica Bibliográfica realizado em Luanda por bibliotecários-arquivistas metropolitanos, em Novembro do mesmo ano, uma mesa redonda ocupou-se do tema.

Das várias tarefas que desde 1963 se projectaram, nada chegou até ao momento presente, talvez porque os planos eram demasiado optimistas quanto à capacidade de execução das nossas instituições, ou porque simplesmente faltou continuidade ao esforço inicial.

Entretanto, o problema nada perdeu em acuidade, antes ganhou em dimensão. Agora, porém, foi retomado em novos moldes pelos próprios centros de documentação e bibliotecas, partindo-se do princípio de que é, com certeza, da cooperação livremente aceite que advirá a maior soma de resultados práticos em benefício não apenas daqueles sectores, mas sobretudo — e é o que importa — dos utilizadores da informação científico-técnica. Por outro lado, manteve-se o princípio de absoluto realismo quanto à capacidade de realização de cada organismo e quanto à viabilidade de execução das medidas preconizadas. Também se considerou que a cooperação não exigiria que nenhum dos organismos participantes apresentasse, de início, uma organização impecável e uma disponibilidade de meios que lhe permitisse aceitar encargos onerosos. Pelo contrário: porque a organização é deficiente em muitos pontos e a carência de meios atinge todos um pouco, é que a cooperação se impõe, no sentido de conjugar possibilidades e condicionar um apoio mútuo que permita a cada um beneficiar das vantagens oferecidas pelos restantes.

Foi neste clima de humilde aceitação de condicionalismo que se iniciaram em Agosto de 1969 — e têm continuado com regularidade — reuniões de chefes de serviços de documentação e de bibliotecas para debate e resolução dos problemas que impendem sobre esses serviços.

Não foi difícil chegar a um acordo sobre algumas formas simples mas práticas de cooperação, que podem esquematizar-se em: racionalização dos contactos entre as bibliotecas e centros, intercâmbio de informação documental, uniformização de processos técnicos de acordo com a normalização internacional em vigor, adopção de uma atitude comum perante problemas profissionais comuns—tudo assente sobre uma base de relações pessoais que facilitam os contactos e contribuem para a obtenção de resultados francamente positivos.

Um dos grandes problemas abordados até agora foi o da aquisição de documentação no estrangeiro, gravemente prejudicada pelas dificuldades e excessivas demoras nos pagamentos,

pondo em risco o nível e o ritmo da investigação em todos os sectores científicos e técnicos da Província. As soluções propostas foram recebidas superiormente de forma a esperar-se para breve a satisfação das necessidades expressas.

Outro problema de não menores dimensões se apresenta já a seguir: o da formação profissional do pessoal das bibliotecas e centros de documentação, quer a nível superior, quer a nível de auxiliares. O rendimento dos serviços depende em larga medida de uma formação específica e é preciso estudar uma solução que está a tardar — devido à carência de meios.

E outros problemas surgirão ainda nas agendas de trabalho das reuniões que hão-de

realizar-se.

Para já, duas notas de interesse convém salientar: o apoio e a compreensão que, por parte dos directores dos Serviços, permitiram oficializar os contactos e a discussão dos problemas;

e a participação do sector privado na cooperação

O próximo grande passo será a conversão da cooperação numa autêntica coordenação, a nível provincial, indispensável à automatização das operações de armazenamento e recuperação da informação. O condicionalismo que nos cerca no mundo de hoje exige que tomemos ràpidamente essa decisão. (ADELINO DE ALMEIDA CALADO).

## I.º Concurso de Aproveitamento da Leitura em Braga

A Comissão Orientadora de Leitura Juvenil da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, constituída pelos Srs. Dr. Egídio Guimarães, Dr. Francisco Guerra, Dr. António Freire, Dr. António Fernandes, António de Séves, Alves Martins e Domingos Guimarães Sá, aprovou o projecto de realização do I Concurso de Aproveitamento da Leitura. De acordo com esse projecto, os candidatos de ambos os sexos e idades compreendidas entre os 16 e 18 anos responderam, em 23 de Junho último, a um questionário sobre o romance histórico de Almeida Garrett «O Arco de Sant'Ana».

No decurso de uma sessão solene, efectuada no salão nobre da Biblioteca Pública, foram entregues prémios aos jovens que melhor se classificaram no referido concurso.

# Movimento na Biblioteca Municipal de Viseu

No decurso do mês de Abril findo, o movimento na Biblioteca Municipal foi o seguinte:

Volumes entrados: 29 Volumes consultados: 1425

Leitores: 1 181 (sendo 356 do sexo feminino).

# Directora do Arquivo Distrital de Aveiro

Tomou posse do cargo de Directora do Arquivo Distrital de Aveiro, recentemente criado, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Camila Duarte Lumiar Ramos.

Espera-se assim que o Arquivo Distrital (que provisòriamente ficará instalado em dependência anexa à Biblioteca Municipal de Aires Barbosa), possa em breve receber a documentação referente ao distrito de Aveiro que se encontra no Arquivo Distrital de Coimbra.

## Exposição de livros italianos em Braga

Por iniciativa do Consulado Italiano do Porto, do Instituto Italiano da mesma cidade e da Livraria Paisagem, que representa na Cidade Invicta uma série de editores italianos, esteve patente ao público, nas salas da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, de 19 a 28 de Novembro do ano corrente, uma exposição do livro italiano. À mesma prestaram a sua colaboração muitos editores italianos, pelo que os visitantes tiveram ocasião de apreciar um bom conjunto do melhor que actualmente se publica, no campo das artes gráficas, na pátria de Dante.

O acto inaugural, de que a Radiotelevisão Portuguesa nos deu significativas imagens, teve a assistência de altas individualidades civis, militares e religiosas, constituindo um acontecimento de bastante relevo intelectual na vida da cidade.

# Exposição no Porto de Livros e Periódicos Ingleses sobre Ciências Sociais

Promovida pelo British Council e organizada, entre nós, pelo Instituto Britânico com o patrocínio da Universidade do Porto, foi inaugurada uma exposição de livros e periódicos ingleses recentes sobre Ciências Sociais.

À abertura deste certame, patente ao público de 4 a 14 de Novembro, no salão nobre da Faculdade de Ciências, assistiram o Reitor e o Vice-Reitor daquela Universidade, membros representativos dos corpos docente e discente, dirigentes da Associação Luso-Britânica e outras individualidades.

As espécies apresentadas, cerca de setecentas, agruparam-se nas doze seguintes secções: Comunicações, Economia, Educação, Direito, Administração e Gestão, Ciência Política, Antropologia Social, Psicologia Social, Serviços Sociais e Previdência, Sociologia, Periódicos e Obras de Carácter Geral.

Qualquer destas secções conta com as mais recentes obras editadas em Inglaterra, cuidadosamente seleccionadas por forma a dar-nos uma bela perspectiva da qualidade da produção livreira inglesa neste domínio. Merecem, no entanto, destaque especial os grupos de Economia e de Educação, onde mais se afirma a enriquecida variedade de toda a colecção.

Trata-se de uma exposição itinerante, que percorrerá os principais centros culturais da Europa e do Brasil. Do Porto, início do percurso, será levada a Coimbra e a Lisboa, seguindo depois para Espanha, etc.

É de salientar o carácter essencialmente vivo e actual desta organização, não só para todos que se interessam pelas chamadas Ciências Sociais, mas também para quem se dedique aos problemas da informação ou da informática: — quase todas as secções contêm obras de vulto sobre o assunto.

Ao nosso colega Dr. Carlos Estorninho, a quem já devemos exposições de envergadura semelhante e das mais válidas efectuadas no País, sempre dirigidas num justo sentido das realidades, endereçamos calorosas felicitações pelo êxito obtido. (A. PORTOCARRERO).

# Exposição na Biblioteca Pública de Braga

Na Biblioteca Pública de Braga, de que é director o nosso Colega Dr. Egídio Guimarães, realizou-se nos princípios do mês de Agosto passado uma exposição sobre a «Carta Turística do Distrito de Braga». À inauguração da mesma assistiram altas individualidades da cidade

e região, assim como funcionários superiores da Direcção Geral do Turismo. A exposição foi bastante visitada, constituindo um interessante documentário das possibilidades turísticas de uma das mais atraentes regiões portuguesas.

## Exposição no Liceu D. Duarte em Coimbra

Por ocasião das comemorações centenárias do nascimento de Vasco da Gama, esteve patente no Liceu D. Duarte de Coimbra uma exposição relativa ao facto que se celebrava. Inspirada pelo Reitor deste estabelecimento de ensino, Dr. Álvaro da Silveira, e com a colaboração do Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida, presidente da Comissão Executiva das Comemorações, a exposição representou um feliz exemplo do que pode conseguir-se no campo cultural, quando não faltam colaborações e boas vontades a dar forma e alma a obras de interesse comum.

Efectivamente, além da superior orientação bibliográfica dos nossos colegas da Biblioteca Geral da Universidade, Drs. César Pegado, Joaquim de Abreu Barbosa e Maria Teresa Pinto Mendes, contou-se com a colaboração de professores e alunos no empréstimo e arranjo de muitas das espécies expostas, assim como com a de livrarias e estabelecimentos comerciais que cederam material apropriado aos fins do certame. A Fábrica da Vista Alegre, por seu lado, fez figurar valiosas peças de porcelana, cópias das porcelanas da Companhia das Índias.

Além da sessão inaugural, realizaram-se visitas guiadas à exposição de estudantes

do próprio Liceu e de outros estabelecimentos de ensino da cidade.

As comemorações incluiram ainda a projecção de um filme sobre Goa, realizado pelo Dr. Condorcet Pais Mamede e com texto especialmente escrito pelo Dr. César Pegado.

## Exposições no I Festival das Vindimas no Porto

Realizou-se no Porto, em fins de Setembro, o I Festival das Vindimas levado a efeito por iniciativa da Câmara Municipal desta cidade, com a colaboração activa de entidades, directa ou indirectamente ligadas ao vinho e à vinha, de três regiões vinícolas assim demarcadas: Vinhos Verdes, Vinhos do Douro, Vinhos do Dão. O programa compreendeu a inauguração de três exposições e de um pavilhão na Feira do Porto, nos jardins do Palácio de Cristal, onde todas as regiões do País estiveram representadas com vinhos de Marca.

As exposições foram as seguintes: 1.ª Exposição Vinária do Porto, na «Casa do Infante»; mostra fotográfica sob o tema «As Vindimas», na União dos Grémios dos Comerciantes do Porto; exposição bibliográfica «O Vinho na Literatura Portuguesa», na Biblioteca Pública

Municipal.

Esta última apresentava textos desde Camões a Sousa Costa, Magalhães Basto e António Ferreira, passando por Fialho de Almeida, Alberto Pimentel, Miguel Torga, Alves Redol, António Correia de Oliveira e muitos outros. Além de livros e revistas, expunham-se também reproduções fotográficas de quadros célebres relativos ao vinho («S. Martinho», de Malhoa; «Vindima», de Veloso Salgado), frontispícios de obras sobre o mesmo assunto, mapas, etc.

No dia da inauguração, 29 de Setembro, os visitantes, que na sua maioria eram estrangeiros, sobretudo brasileiros, franceses e ingleses, foram recebidos pelo Prof. Dr. António Cruz, director da Biblioteca Pública do Porto, que pronunciou breves palavras de introdução

ao certame que iria ser inaugurado, salientando especialmente a riqueza dos fundos bibliográficos que permitiam apresentar, em breve lapso de tempo, uma exposição especializada como era a que ali se encontrava patente.

O grupo de trabalho que teve a seu cargo a organização do certame foi orientado pela Bibliotecária-Chefe, Dr.ª Maria Fernanda Constante de Brito, que também colaborou na exposição realizada na «Casa do Infante», tendo papel relevante o funcionário da Biblioteca José Vale que foi o seu coordenador. A notar que esta nossa Colega representou a Biblioteca Pública do Porto em todos os actos comemorativos realizados nesta cidade por ocasião do seu I Festival das Vindimas.

## Exposição de ex-libris em Viseu

Os promotores da Feira de São Mateus de Viseu resolveram, em boa hora, efectuar na Biblioteca Pública desta cidade uma segunda exposição de ex-libris, inaugurando-a a 19 de Setembro, data que consideraram como o «Dia do Ex-Libris» na Feira Franca de Viseu. Estiveram presentes expositores alemães, austríacos, checoslovacos, espanhóis, franceses, húngaros, ingleses, italianos, jugoslavos, polacos, portugueses, russos e suíços. Os motivos expostos foram dos mais diversos, notando-se, porém, o predomínio do motivo universal «D. Quixote-Sancho Pança». A anteceder o acto inaugural da referida exposição, realizou-se um colóquio que decorreu animadamente nas instalações da «Casa-Museu Almeida Moreira».

## Bibliotecas brasileiras para Portugal

Em cerimónia realizada em Lisboa, na presença de individualidades portuguesas e brasileiras, o ministro encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil revelou que iam ser doadas pelo seu País aos Municípios de Ponte do Lima, Viana do Castelo, Vila Real e Leiria, quatro bibliotecas respectivamente designadas por João do Rio, Afrânio Peixoto, Octávio Tarquínio de Sousa e Castro Alves.

Estas ofertas estão na sequência de outras anteriores. Como se sabe existem já por doação do País irmão as bibliotecas de Machado de Assis (Viseu), Gonçalves Dias (Funchal), Ruben Berta (Belmonte), José Lins do Rego (Santarém) e Assis Chateaubriand (Vila Nova de Famalicão).

Também Luanda e Lourenço Marques possuem já bibliotecas da mesma proveniência, seguindo-se pròximamente as de Évora, Braga, Guimarães, Beira (Moçambique), Faro e Macau.

# Biblioteca de Afonso Lopes Vieira em Leiria

Por notícia enviada pelo nosso colega Dr. Gentil Ferreira de Sousa, Director da Biblioteca de Afonso Lopes Vieira em Leiria, foi oferecida àquela biblioteca, pela embaixada do Brasil em Portugal, uma valiosa colecção de livros no montante de 1041 volumes provenientes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

## Biblioteca itinerante para as Forças Armadas em serviço no Norte de Moçambique

Um donativo no valor de cinquenta mil escudos destinado à criação de uma biblioteca itinerante para as Forças Armadas em serviço no Norte de Moçambique foi entregue pelas agremiações económicas de Nampula.

#### Biblioteca infantil em Aveiro

A Câmara Municipal tomou a deliberação de instalar no Parque Municipal do Infante D. Pedro uma biblioteca infantil.

## Biblioteca Nacional de Moçambique

Ascende a sessenta mil o número de volumes existentes na Biblioteca Nacional de Moçambique, em Lourenço Marques.

## Actividades do Centro Popular Alves Redol

Desde que foi criado em Vila Franca de Xira, a Comissão Pró-Centro Popular Alves Redol tem procurado desenvolver a sua actividade fora da dependência económica do «Legado Alves Redol». Constituído inicialmente por um grupo de amigos do escritor, o Centro está aberto a todas as pessoas que, de qualquer modo, estejam ligadas à sua vida e obra. Entre os seus projectos contam-se a criação do Museu Alves Redol, de uma biblioteca constituída a partir da biblioteca do escritor, realização de estudos etnográficos da região do Ribatejo, criação de uma biblioteca infantil e outras iniciativas de carácter cultural.

# Oferta de valioso espólio literário

Por sua expressa disposição testamentária, o Coronel Belisário Pimenta mandou entregar a alguns estabelecimentos culturais de Coimbra, sua terra natal, parte do valioso espólio literário que lhe pertencia.

Em cumprimento dessa derradeira vontade, deram entrada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, nos princípios do mês de Setembro do corrente ano, alguns manuscritos daquele erudito que foram ali entregues por sua filha, Dr.ª Maria Helena da Silva Pimenta.

Recordemos, para salientar o interesse que eles apresentam, que o Coronel Belisário Pimenta, além de historiador das instituições militares, desempenhou funções destacadas nos primeiros anos da República. Desta forma, os documentos que deram agora entrada naquela biblioteca universitária — entre eles, as «Memórias», em 20 volumes, com início em 1901, e a correspondência recebida de 1907 a 1944, em 3 volumes — apresentam um elevado interesse para o estudioso da época. No entanto, dada a natureza melindrosa do seu conteúdo, tais documentos só poderão ser facultados ao público daqui a 20 anos.

## Doação da Biblioteca Alfredo Pimenta à Fundação Gulbenkian

A Biblioteca de Alfredo Pimenta foi doada à Fundação Calouste Gulbenkian no decorrer de uma cerimónia efectuada na sala de leitura da Biblioteca Geral daquela instituição.

É constituída por cerca de 20 000 volumes repartidos por diversas especialidades, entre as quais figuram obras de História, Filosofia, Teologia, Política, Filologia e Literatura, dicionários e uma valiosa colecção de Bíblias, recortes de jornais e cartas de autores dentro dos próprios livros, o que torna ainda mais valioso o núcleo bibliográfico agora colocado à disposição dos estudiosos.

Além dos filhos de Alfredo Pimenta, assistiram à cerimónia os ministros da Educação, Economia e Finanças, Dr. Azeredo Perdigão e outras entidades.

## Compra de um manuscrito de Gaspar Correia

A Casa Sotheby's, de Londres, promoveu no mês de Junho o leilão da preciosa colecção de manuscritos reunida no século passado por Sir Thomas Phillipps, avaliada em mais de 81 mil contos. A mesma compreendia algumas espécies bastante raras, muitas das quais relativas às duas nações da Península Ibérica, como uma crónica de Leonardo Nunes, duas descrições de fortes portugueses e dos territórios do Índico, a começar por Sofala, até aos do Extremo Oriente, uma descrição da batalha de Alcácer Quibir pelo capitão espanhol Luís de Oxeda que nela se encontrou, etc. Desta forma, como lhe competia a bem da cultura nacional, a Embaixada Portuguesa em Londres adquiriu, por 4 500 libras, um manuscrito autógrafo das crónicas de Gaspar Correia, o celebrado autor das «Lendas da Índia» e um dos mais considerados historiadores dos feitos portugueses na Ásia. O texto do mesmo, segundo peritos ingleses, é do maior interesse, visto achar-se inédito e comportar uma história de Portugal escrita na Índia no primeiro século em que os portugueses aí se instalaram.

# Mais uma biblioteca portuguesa de livros valiosos saída para o estrangeiro

NOTA DA REDACÇÃO — Damos a seguir a tradução de uma notícia que nos foi enviada pelo Senhor Vítor Guerra, Director da Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, e que tinha sido preparada pelo Dr. Francis M. Rogers, da Universidade de Harvard, para o VI Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em 1966 nas Universidades de Harvard e Columbia. Não podemos deixar de expressar o nosso desagrado por vermos que mais um núcleo importante do nosso espólio histórico e literário foi «parar» ao estrangeiro.

«No verão de 1965 a Biblioteca da Universidade de Waterloo, Ontário (Canadá) comprou uma notável colecção portuguesa do Dr. António Gomes da Rocha Madahil, director aposentado do Arquivo da Universidade de Coimbra. No decurso duma vida dedicada à erudição, durante a qual ocupou vários lugares de destaque em bibliotecas e museus, o Dr. Rocha Madahil pôde assim organizar uma notável biblioteca particular constituída por milhares de artigos que adquirimos na totalidade.

A colecção tem particular valor nos campos da bibliografia, etnografia e arte e contém uma destacada secção sobre a história do Império Português e sobre a história e administração

municipais. A colecção de obras literárias inclui centenas de trabalhos dos séculos XIX e XX, assim como literatura chistosa e outra de somenos valor conhecida por «literatura de cordel». Os periódicos encontram-se em séries completíssimas e há inumeráveis artigos sobre Coimbra

que se prestam a ser cuidadosamente analisados.

Infelizmente não possuimos um catálogo ou inventário da colecção, mas uma vista de olhos levou-nos à descoberta de interessantes raridades que incluem uma bela cópia in folio de Ptolomeu de 1525, dois manuscritos singaleses de matemática em folha de palmeira, muitos livros de carácter histórico, «Relações» do século XVII e numerosos panfletos, incluindo sete edições da Viagem do Infante D. Pedro. Estas são mencionadas como pertencendo ao Dr. Rocha Madahil na nova bibliografia do Infante D. Pedro. Há também trabalhos de Vieira manuscritos. Fomos ainda informados de que um desses manuscritos, incluía o seu autógrafo. Um grande volume encadernado contém páginas de revistas e jornais datados de 10 de Junho de 1880 comemorando o tri-centenário de Camões.

Será difícil encontrar noutros lados exemplares destas espécies únicas e a mesma observação aplica-se a centenas de recortes de jornal, informações, panfletos e cartas manuscritas.

Uma das melhores espécies é uma primeira edição de João dos Santos — Etiópia Oriental. Folio. Évora, 1609.

Também destacamos:

Alciati, Andrea — Emblemata (incluindo «Arbores»). Lugduni, apud Haeredes Gulielmi Rovillii, 1600. Osorio, Jeronymo, Bp. de Silves — Histoire de Portugal... Paris, Guillaume de la Noue, 1581. Paes Viegas, António — Principios del reyno de Portugal... Lisboa, P. Craesbeeck, 1641. Muitos dos trabalhos mais antigos ainda têm as suas encadernações primitivas que lhes dão mais interesse e valor; a acrescentar há ainda muitos e belos exemplares da encadernação portuguesa, particularmente entre os trabalhos mais modernos sobre arte e bibliografia.

O trabalho preliminar de classificação e ordenação das obras ainda não está completo. Dentro de um ou dois anos, quando o mesmo já estiver adiantado, estaremos em melhor posição para descrever e avaliar esta bela colecção que já despertou considerável interesse na Universidade de Waterloo e que promete ser bastante importante para futuros estudos e

pesquisas».

# Centro de Documentação da Informação de Educação Física

Este Centro, que depende do Fundo de Fomento do Desporto, tem por objectivos:

— Procurar, criticar, classificar e difundir toda a documentação necessária aos estudiosos e investigadores de educação física, no nosso País.

— Editar publicações que promovam a documentação especializada ao nível enciclopédico

e profissional.

- Possuir um serviço permanente de informação.

- Manter arquivos de filmes, gravações, etc.

# Visita do Ministro da Educação da Tailândia

Em viagem particular esteve recentemente em Lisboa o ministro da Educação da Tailândia Dr. Sukich Nimman-Heminda. Depois de se avistar com os Ministros portugueses dos Negócios Estrangeiros e da Educação, esta alta individualidade percorreu demoradamente os edifícios da Faculdade de Letras e da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Acompanhado depois pelos Drs. Luís Silveira e Manuel dos Santos Estevens, respectivamente Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos e Director da Biblioteca Nacional de Lisboa, visitou este estabelecimento, cujas magníficas instalações lhe mereceram o mais franco entusiasmo. Na Secção dos Reservados, onde foi oriencado pela bibliotecária Dr.ª Maria Valentina Sul Mendes, o ilustre visitante pôde apreciar minuciosamente diversos manuscritos, obras raras, incunábulos e iluminados. Muitas espécies expostas referiam-se ao antigo reino do Sião, patenteando as velhas e frequentes relações de amizade entre dois países tão afastados geográficamente.

Na tarde desse mesmo dia, o Dr. Nimman-Heminda visitou o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Como acontecera de manhã, também esta visita se prolongou por bastante tempo, tendo-se o ministro tailandês retirado com palavras de apreço por tudo o que lhe fora dado ver.

«Cadernos», registando esta visita, fazem votos para que comece a saber-se, nos meios cultos do mundo, que Portugal possui uma das mais modernas, funcionais e atraentes bibliotecas nacionais da Europa. Bem bastaram, para vergonha do nosso atraso, as largas dezenas de anos em que a nossa primeira biblioteca vegetou no velho casarão de São Francisco. Por associação de ideias, seria bom que não tardasse uma solução igualmente atraente, moderna e funcional — para o nosso velho e ultrapassado Arquivo da Torre do Tombo.

#### Ciclo de Informática e Gestão

O Instituto Nacional de Investigação Industrial está a promover um Ciclo de Informática e Gestão que consta de três seminários:

1. Equipamento de processamento de dados (Hardware)

Lisboa — 25-27 Maio Horário — 9,00-12,30 e 14,30-18,00 h.

2. Técnicas de programação

Lisboa — 1-3 Julho Horário — 9,00-12,30 e 14,30-18,00 h.

3. Introdução à análise de sistemas

Lisboa — 9-11 Novembro Horário — 9,00-12,30 e 14,30-18,00 h.

Duração total: 60 horas Inscrição — 4 500\$00 Idioma — Português

Qualquer informação sobre este ciclo deve ser solicitado ao Grupo de Formação e Aperfeiçoamento do I. N. I. I., Rua de Buenos Aires, 28, 1.º Lisboa - 2

## 1.ª Exposição de Livros Infantis e Juvenis Portugueses no Brasil

Por iniciativa da Editorial Verbo, esteve patente, no passado mês de Maio, em salas da Biblioteca Infantil Municipal «Monteiro Lobato» de São Paulo, Brasil, a 1.ª Exposição de Livros Infanto-Juvenis Portugueses. Embora oriundos de uma só editora e apenas em número de pouco mais de 200 edições diferentes, os livros expostos suscitaram viva curiosidade por parte do público, rendido à qualidade dos textos e à cuidada apresentação gráfica que caracteriza as obras daquela Editorial.

Para ilustrar o que fica dito, pode acrescentar-se que os promotores da exposição foram já convidados a fazer outra de livros portugueses na Biblioteca Municipal «Mário de Andrade», a maior de São Paulo e uma das mais importantes do Brasil. O convite foi aceite, mas projecta-se incluir na nova mostra outros editores que serão representados pelos respectivos distri-

buidores no Brasil.

A expansão do livro português no Brasil já tem sido alvo de outras notícias publicadas em «Cadernos», assim como de periódicos comentários. Não podemos repetir o muito que já se disse noutras oportunidades, mas manda a verdade que confessemos a nossa desilusão por ainda não se ter tomado nenhuma medida radical, capaz de espalhar pelos quatro pontos cardiais do vasto Brasil (e não apenas em São Paulo e Rio de Janeiro) o principal veículo da presença de uma nação — o livro, neste caso, o livro português. São precisas outras exposições, outros contactos entre os editores, distribuidores, livrarias, etc. É preciso montar um serviço de imprensa que distribua pelos centros bibliográficos brasileiros informações acerca do livro português. É preciso escolher bons representantes comerciais, enquanto não houver um centro distribuidor à escala nacional. É preciso que os editores portugueses se disponham a investir no Brasil, país aberto a todos os investimentos, fundando uma grande editora que publique obras de interesse para a Comunidade Luso-Brasileira. É preciso... é preciso, enfim, que haja espírito de colaboração, que não exclui o compreensível espírito comercial que deve presidir à iniciativa, mentalidade arejada e um poucochinho do desejo que há em todos nós, Portugueses e Brasileiros, de dar corpo e alma a essa *Comunidade* em que hoje tanto se fala.

# Entregue à cidade do Rio de Janeiro o Real Gabinete de Leitura

A biblioteca agora doada é uma das mais completas do mundo em literatura luso-brasileira. Com 133 anos de fundação e 500 mil volumes, nasceu da determinação de uns poucos portugueses que em 14 de Maio de 1837 puseram a funcionar o Real Gabinete de Leitura.

Em 1887 a biblioteca ganha novas dimensões com a inauguração do actual edifício manuelino — cuja primeira pedra fora lançada pelo próprio imperador Pedro II. Beneficiando do depósito legal de obras portuguesas, recebe cerca de 10 mil livros por ano e conta entre as suas raridades bibliográficas uma primeira edição d'«Os Lusíadas».

Para lá dos serviços de leitura franqueados a estudantes e investigadores, continua o

seu apoio à cultura atrayés de cursos de literatura portuguesa, brasileira e africana.

## REUNIÕES CIENTÍFICAS

DATAS	LOCAIS	ORGANIZA- DORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
3-12 Agosto 1970	Praga				
19-22 Agosto 1970	Koli (Finlândia)		6.ª Conferência da Biblioteca Pública Anglo-Escandinava	1	
25-26 Agosto 1970	Viena		Colóquio da Associação das Bibliotecas Internacionais.	Sistemas bibliográficos	Secretariado: J. Leymarie. Ministère de l'Industrie, 23 Av. F. Roosevelt, Paris 8.º
14-24 Setembro 1970	Teerão		Seminário da UNIDO sobre In- formação Industrial para os participan- tes das regiões da ECA e ECAFE		
24-29 Setembro 1970	Palma de Maiorca (Espanha)		13.ª Assembleia Ge- ral da ICSU	ALEX EXECUTES A SECURITION OF THE PERSON OF	
28-23/12 1970	Moscovo	UNIDO, USSR e Unesco	Curso Prático Inter- -regional para Do- cumentalistas Indus- triais e Peritos da Informação	74**	
29 Setembro 1970	Paris		5.º Encontro da Comissão do Grupo Europeu para a Troca de Experiência sob a Direcção da Investigação Têxtil.		Secretariado: The Tex- tile Industry, 10 Black- friars Street, Manchester, U. K.

DATAS	LOCAIS	ORGANIZA- DORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
5-16 Outubro 1970	Adis Abeba		Simpósio Regional da ECA/Unesco	A utilização da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento da África.	
6–8 Outubro 1970	Colónia	German Society for Photography, Neumarkt 49, Colónia			
8-9 Outubro 1970	Haia		Encontro da FID/C54+66 (Ciências Químicas)		
12-16 Outubro 1970	Bad Reichenhall (Alemanha)		Encontro Anual do Deutsche Gesells- chaft für Dokumen- tation und Doku- mentartag 1970		Secretariado: DGD, Westendstrasse 19, Francoforte do Meno.
14-16 Outubro 1970	Copenhaga	nistrative Data Pro- cessing Group, IAG	MIS Copenhager 70 - Conferência so- bre a Direcção do Sistemas da Infor- mação	s	Secretariado: MIS Copenhagen 70, DIS Congress Service, Skindergade 36, Copenhaga
26-30 Outubro 1970	Groningen		Encontro da FID/C3 (Ciências Sociais)		
29 Outubro 1970	Amsterdão		Celebrações do 10.º Aniversário da IFIP		Secretariado: Mathematical Centre, 2e Boerhaavestraat 49, Amsterdão
Novembro 1970	Paris		Encontro Plenári do Comité Per manente da ISO para o Estudo d	-	

DATAS	LOCAIS	ORGANIZA- DORES	DESIGNAÇÕES	TEMAS	INFORMAÇÕES
			Informação Cientí- fica e Técnica sobre Padronização (INFCO)		
11 Novembro 1970	Nova Iorque	New York Library Association		Preservação dos mate- riais de biblioteca	
17-19 Novembro 1970	Houston		Conferência: «Fall Joint Computer»		Secretariado: AFIPS, 210 Summit Ave, Montvale, New Jersey, USA.
19-25 Novembro 1970	Milão		11.ª Conferência e Exposição Interna- cionais sobre auto- mação e instru- mentação.		Secretariado: FAST. Piazzalle Ro- dolfo Morandi 2, Milão
23-28 Novembro 1970	Madrid	Unesco Dept. of Documentation, Libraries and Archives.	Simpósio da Unesco sobre Documenta- ção Científica para peritos da América Latina e Espanha		
25-27 Novembro 1970	Haia		Primeiro Encontro da FID/C8 (Línguas vivas, Linguística e Literatura)		
25-11/12 1970	Bombaim				
7-14 Dezembro 1970	Budapeste		4.ª Conferência dos países socialistas sobre construção de bibliotecas, mobiliário e equipamente		Secretariado: Centre of Library Science and Metho- dology, Múzeum u. 3, Budapeste VIII.

DATAS	LOCAIS	ORGANIZA- DORES	DESIGNAÇÕES		TEMAS	INFORMAÇÕES
7-15 Dezembro 1970	Kampala (Uganda)	Unesco	Encontro Regional de Peritos sobre Serviços de Planea- mento da Biblioteca Nacional e da Do- cumentação em África.			
21-25 Julho 1971	Belgrado		5.ª Conferência Mundial sobre a Paz Mundial pelo Direito			Section of Law and Computer Technology, World Peace Trough Law Center, 839 17 th Street, N.W., Washington, D. C. 20006, U. S. A.
Agosto 1971	Telavive (Israel)		Conferência Inter- nacional sobre Ciên- cia da Informação	-	Análise da informação; Centros da análise da informação; Recuperação da in- formação; Selecção, educação e treino do pessoal; Divulgação e re- produção.	P. O. Box 20125, Telavive

# Projecto de recomendação da Unesco respeitante à normalização internacional das estatísticas relativas às bibliotecas

NOTA DA REDACÇÃO — Pela importância de que se reveste, transcrevemos o projecto de recomendação respeitante à normalização internacional das estatísticas relativas às bibliotecas, anexo III do documento da Unesco COM/MD/14, submetido a uma comissão de peritos governamentais reunidos em Paris de 19 a 28 de Maio de 1970.

Tendo em vista a elaboração de estatísticas internacionais, a Conferência Geral recomenda aos Estados membros a aplicação das disposições a seguir indicadas, no respeitante às definições, classificação e apresentação dos dados estatísticos relativos às bibliotecas, adoptando na forma de lei nacional, ou de outro modo, medidas destinadas a fazer prevalecer nos territórios da sua jurisdição as normas e princípios formulados na presente recomendação.

A Conferência recomenda aos Estados membros a divulgação da presente recomendação às autoridades e organismos encarregados de recolher e comunicar as estatísticas relativas às bibliotecas e a apresentação de relatórios respeitantes à aplicação da presente recomendação nas datas e forma que determinar.

## I. Âmbito e definições

Âmbito

1. As estatísticas consideradas pela presente recomendação deverão abranger as bibliotecas situadas no país, tais como são definidas no parágrafo 2, alínea (a).

## Definições

2. As definições abaixo indicadas deverão ser utilizadas na elaboração de estatísticas consideradas pela presente recomendação.

(a) É considerada como biblioteca, qualquer que seja a sua denominação, toda a colecção organizada constituída por documentos impressos, manuscritos ou áudio-visuais, bem como os serviços do pessoal servindo de intermediário entre os documentos e os utilizadores para fins de informação, investigação ou recreio.

(b) É considerada como:

unidade administrativa toda a biblioteca independente ou um grupo de biblio-

tecas tendo um director único.

ponto de apoio toda a biblioteca servindo os utilizadores num lugar separado, quer seja independente ou faça parte de um grupo de bibliotecas constituindo uma unidade administrativa. São consideradas como ponto de apoio as bibliotecas independentes centrais, sucursais, bibliotecas móveis (bibliotecas itinerantes montadas em veículos automóveis, navios, comboios); neste último caso, cada veículo constitui um ponto de apoio, com a condição que seja praticado o empréstimo directo. Deverá ser feita uma distinção entre pontos de apoio fixos e móveis.

(c) É considerado como colecção de uma biblioteca o conjunto de documentos postos

à disposição dos utilizadores.

(d) É considerado como acréscimo de colecções o conjunto de documentos que vierem enriquecer as colecções durante um período determinado, por compra, oferta, troca, ou qualquer outra forma.

(e) O termo documento compreende o conjunto de documentos impressos, manus-

critos e áudio-visuais.

(f) É considerado como documento impresso toda a obra impressa qualquer que seja a denominação (livro, brochura, periódico, jornal, cartaz, desdobrável, gravura, carta geográfica, etc.).

(g) É considerada como documento manuscrito toda a obra escrita manualmente ou

dactilografada.

(h) É considerado como documento áudio-visual todo o documento de colecções não impresso ou manuscrito, como filme, microcópia, diapositivo, disco, banda magnética, que sòmente reproduzem imagem ou som por intermédio de aparelhos apropriados.

(i) O termo impresso abrange todos os processos de impressão quaisquer que sejam.

(i) São consideradas como periódicos as publicações impressas que aparecem em séries contínuas com um mesmo título em intervalos regulares ou irregulares durante

um período indeterminado: os diferentes números de série numerados consecutivamente ou cada número datado. Estão compreendidos nesta definição os jornais e as publicações anuais ou com periodicidade mais espaçada.

Título é o termo utilizado para designar um documento impresso ou manuscrito

constituindo um todo distinto quer seja em um ou mais volumes.

(1) Volume é uma unidade material de documentos impressos ou manuscritos que formam parte de uma obra; uma ou mais obras encadernadas, reunidas numa caixa, atadas ou unidas por qualquer forma num todo.

Utilizador de biblioteca é a pessoa que utiliza os serviços da biblioteca. (m)

(n) Leitor domiciliário inscrito é a pessoa que tem autorização de requisitar documentos de coleções à biblioteca para os utilizar no exterior.

São consideradas como despesas ordinárias toda a despesa que resulte do funcionamento da biblioteca, como as despesas com o pessoal, aquisições de documentos, conservação de documentos e outras despesas.

(i) despesas com o pessoal: compreende as despesas com os salários e encargos diversos do mesmo tipo.

(ii) despesas com aquisições: compreende as despesas efectuadas com todos os documentos (impressos, manuscritos e áudio-visuais), adquiridos pela biblioteca durante o período considerado.

despesas com a manutenção dos documentos: compreende as despesas de (iii) encadernação e reparação de documentos, caixas para brochuras, encadernações móveis e todo o elemento susceptível de preservar os documentos.

(iv) outras despesas ordinárias: compreende as verbas para a manutenção e reparação dos edifícios, substituição e reparação de mobiliário, aquecimento,

iluminação, etc.

São consideradas como capital investido as despesas que resultam da aquisição ou aumento de bens de investimento, como terrenos, novos edifícios e extensões; documentos (fundo inicial de coleções); equipamento e mobiliário para os edifícios novos ou aumentados.

(a) Considera-se como bibliotecário profissional toda a pessoa com uma formação geral no que respeita aos métodos e técnicas das bibliotecas, o que pressupõe:

(i) um ensino teórico, sancionado por um diploma reconhecido pelo Estado;

um estágio prolongado e controlado numa biblioteca.

# II. Classificação das bibliotecas

3. As bibliotecas abrangidas na definição dada no parágrafo 2, alínea (a) devem ser

classificadas nas seguintes 5 categorias:

Bibliotecas nacionais: bibliotecas que, independentemente da sua denominação, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações editadas no país e funcionando como bibliotecas de «depósito», por disposição legal ou em resultado de acordos particulares.

As bibliotecas denominadas «nacionais» não abrangidas pela definição acima referida não devem ser classificadas na categoria de bibliotecas nacionais.

Bibliotecas universitárias: bibliotecas que estão, em primeiro lugar, ao serviço dos estudantes e corpo docente das universidades ou outros estabelecimentos de ensino de grau superior. Podem estar também franqueadas ao público em geral.

Uma distinção deverá ser feita entre:

(i) bibliotecas universitárias pròpriamente ditas como as bibliotecas de faculdades, institutos ou departamentos universitários;

i) bibliotecas de estabelecimentos de ensino superior não pertencendo a

uma universidade.

(c) Bibliotecas escolares: bibliotecas que dependem de estabelecimentos não pertencentes ao ensino superior e que devem estar principalmente ao serviço dos professores e alunos da própria instituição, mesmo que estejam abertos ao público em geral.

As colecções pertencentes a cada classe de uma mesma escola deverão ser consideradas como constituindo uma única biblioteca, uma unidade administrativa

e ponto de apoio, segundo as definições referidas no parágrafo 2 (b).

(d) Bibliotecas especializadas: bibliotecas que dependem de uma associação, serviço governamental, parlamento, instituição de investigação (com exclusão dos institutos universitários), sociedade cultural, associação profissional, museu, empresa comercial ou industrial, câmara de comércio, etc. ou outro organismo, abrangendo grande parte das suas colecções uma disciplina ou domínio particular, por exemplo: ciências naturais, sociais, agricultura, química, medicina, ciências económicas, engenharia, direito, história.

Deverá ser feita uma distinção entre:

 (i) bibliotecas que fornecem documentação e serviços a todas as pessoas que o solicitem e

(ii) bibliotecas cujas colecções e serviços estão essencialmente previstos para responder às necessidades de informação de uma clientela particular mesmo que, em alguns casos, sejam utilizados pelos especialistas não pertencentes

aos organismos de que dependem.

(e) Bibliotecas públicas (ou populares): bibliotecas que servem, gratuitamente ou mediante cotização, uma colectividade local ou regional, que se dirigem ao público em geral ou a certas categorias de utilizadores como as crianças, membros das forças armadas, doentes dos hospitais, prisioneiros, operários e empregados.

Deverá ser feita uma distinção entre:

(i) bibliotecas públicas pròpriamente ditas, as que são financiadas na totalidade ou na maior parte pelos poderes públicos (bibliotecas municipais ou regionais).

(ii) bibliotecas financiadas por fundos privados.

4. As bibliotecas universitárias, especializadas, escolares e públicas consideradas como «unidades administrativas» deverão ser classificadas segundo a importância das suas colecções entre os seguintes grupos:

(a) bibliotecas universitárias, especializadas e públicas:

- (i) bibliotecas tendo até 250 m. de estantes ocupadas (até 10 000 volumes);
- (ii) bibliotecas tendo de 250 m. a 625 m. de estantes ocupadas (10 001--25 000 volumes);
- (iii) bibliotecas tendo de 625 m. a 1 250 m. de estantes ocupadas (25 001-50 000 volumes);
- (iv) bibliotecas tendo mais de 1 250 m. até 2 500 m. de estantes ocupadas (50 001-100 000 volumes).

(b) bibliotecas escolares:

(i) bibliotecas tendo até 50 m. de estantes ocupadas (até 2 000 volumes);

(ii) bibliotecas tendo de 50 m. a 125 m. de estantes ocupadas (5 001-10 000 volumes);

(iii) bibliotecas tendo de 125 m. a 250 m. de estantes ocupadas (5 001-10 000

volumes);

(iv) bibliotecas tendo de 250 m. a 625 m. de estantes ocupadas (10 001-25 000 volumes);

(v) bibliotecas tendo mais de 625 m. de estantes ocupadas (mais de 25 000 volu-

mes).

5. Cada biblioteca deverá figurar numa única das categorias citadas no parágrafo 3, tendo em consideração a sua função principal.

## III. Apresentação dos dados estatísticos

6. As estatísticas consideradas pela presente recomendação deverão ser elaboradas a intervalos regulares, não ultrapassando três anos. As informações fornecidas deverão ser apresentadas conformemente às disposições mencionadas nos parágrafos 2 a 5. As diferenças eventuais entre as definições e classificações da presente recomendação e as vigentes no plano nacional deverão ser assinaladas.

7. As estatísticas de bibliotecas deverão, salvo indicação em contrário, incidir sobre

os elementos a seguir mencionados:

(a) Número de bibliotecas

(i) unidades administrativas;

(ii) ponto de apoio fixos e móveis.

(b) População servida

(i) pelas bibliotecas públicas, subentendendo-se o número total de habitantes das localidades servidas pela rede de bibliotecas públicas;

(ii) pelas bibliotecas escolares, subentendendo-se o número total de alunos e professores das escolas do primeiro e segundo graus (escolas primárias e secundárias) providas dos serviços das bibliotecas escolares;

iii) pelas bibliotecas universitárias, subentendendo-se o número total de estudantes e pessoal docente das bibliotecas universitárias e outros estabelecimentos de ensino do terceiro grau, providos dos serviços das bibliotecas universitárias.

(c) Colecções

As informações respeitantes às colecções das bibliotecas deverão incidir sòmente sobre os documentos impressos e manuscritos postos à disposição dos utilizadores. Estes dois tipos de documentos deverão ser calculados em metros de estantes ocupadas compreendendo ainda os documentos emprestados no exterior e apresentados separadamente, a saber:

(i) documentos impressos

(ii) documentos manuscritos

(d) Crescimentos

As estatísticas sobre os aumentos das colecções só deverão considerar os seguintes documentos:

(i) documentos impressos, contados por títulos;

(ii) documentos manuscritos, contados por número de entrada.

- (e) Número de títulos de periódicos em publicação, entendendo-se por tal o número de títulos de periódicos recebidos pela biblioteca no decurso do período considerado.
- (f) Número de leitores domiciliários inscritos Só deverão ser contados os leitores inscritos no decurso do período considerado. Este dado não deverá ser estabelecido para as bibliotecas especializadas.
- (g) Número de documentos emprestados no exterior
  - (i) documentos impressos e manuscritos: número de volumes;
  - (ii) documentos áudio-visuais: número de unidades materiais.
  - Este dado não deverá ser estabelecido para as bibliotecas especializadas.
- (h) Empréstimos entre bibliotecas no país
  - Sòmente deverão ser contados os empréstimos entre unidades administrativas separadas.
    - (i) documentos impressos e manuscritos emprestados: número de volumes;
  - (ii) documentos áudio-visuais emprestados: número de unidades materiais.
- (i) Empréstimos internacionais entre bibliotecas
  - (i) documentos emprestados:
    - documentos impressos e manuscritos: número de volumes; documentos áudio-visuais: número de unidades materiais.
  - (ii) documentos emprestados:
    - documentos impressos e manuscritos: número de volumes; documentos áudio-visuais: número de unidades materiais.
- (j) Fotocópias
  - As cópias executadas pelas bibliotecas para uso dos seus utilizadores bem como as executadas para substituir os documentos no empréstimo interbibliotecas deverão ser contadas como se segue:
  - (i) as cópias em papel por número de folhas;
  - (ii) as microfichas por número de unidades materiais.
- (k) Despesas ordinárias
  - (i) despesas totais;
  - (ii) despesas com aquisições;
  - (iii) despesas com o pessoal;
  - (iv) despesas com a conservação dos documentos;
  - (v) outras despesas ordinárias.
- (l) Despesas com capital investido
  - (i) despesas totais;
  - (ii) despesas com terrenos e edifícios;
  - (iii) outras despesas com capital.
- (m) Pessoal das bibliotecas
  - (i) Total do pessoal:
    - a tempo pleno;
    - a tempo parcial.
  - (ii) Bibliotecários profissionais titulares de um diploma oficial de biblioteconomia:
    - a tempo pleno;
    - a tempo parcial.

(iii) Bibliotecários profissionais tendo recebido a sua formação por meio de um estágio prolongado e controlado numa biblioteca:

a tempo pleno; a tempo parcial.

## Publicações da FID

Recebemos do Centro de Documentação Científica, com o pedido de publicação, as seguintes notícias bibliográficas da FID:

I — 75 Years of FID Publications. A bibliography, 1895-1970. The Hague, FID, 1970, 70 pages f. 10 — (FID 469).

Esta bibliografia inclue as 471 publicações registadas entre 1895 e 1970. Contudo, o número total de volumes publicados é muito maior, porque às revistas científicas, séries, trabalhos em vários volumes e relatórios ou edições revistas corresponde apenas uma única publicação.

Compreende ainda índices para as publicações incluídas, os seus autores ou os comités responsáveis da FID.

II — National Technical Information Services. Worldwide directory. Helsinki/The Hague,

FID, 1970, 3rd. ed., 61 pages (FID 464).

Como as edições anteriores (FID 359, 1964, revista em 1965 e FID 399, 1966) o anuário pretende que haja uma única via através da qual possam ser localizadas, em cada país, as fontes da informação científica e técnica por investigadores pouco familiarizados com as facilidades técnicas dum determinado país em questão. O anuário inclue 149 centros em 131 países, pronto a servir tanto os centros nacionais como organizações onde tais centros não existam, que queiram actuar como centros de referência.

O nome, endereço e outras informações pertinentes acerca dos centros são dados junta-

mente com a descrição do campo de acção das suas actividades.

III — A guide to the world's training facilities in documentation and information work. 1969, 294 pages (FID 461), f. 30.

Esta 2.ª edição revista do Guia prático da FID indica cursos para a formação de documentalistas em 47 países, e cursos de formação para utilizadores da informação em 11 países.

Para cada curso são dados os seguintes detalhes do programa: nome e endereço do corpo organizador, nível do curso, lista das lições dadas, tipo de formação, duração, condições de admissão (também para estudantes estrangeiros), exames, graus de outras qualificações concedidas, número dos candidatos, despesas e idiomas das lições.

Há um índice para os cursos sobre os assuntos mais importantes.

Toda a correspondência deve ser dirigida para:

International Federation for Documentation (FID), 7 Holweg, The Hague, Netherlands.

IV — Technical journals for industry. United Kingdom. The Hague, FID, 1970, 72 pages, f. 20. (FID 415-UK).

Esta bibliografia seleccionada inclue 403 revistas científicas com anotações detalhadas sobre:

— Conteúdo, percentagens de artigos originais ou não; perspectivas, análises e relatórios de conferências; resumos e notas bibliográficas, patentes e normas, notas informativas, anúncios.

- Interessados: Gestão, cientistas, engenheiros.

— Finalidade: investigação, desenvolvimento e projecto, produção, manutenção. Iunta-se ainda um índice pormenorizado de assuntos.

## Administrador encarregado das publicações para a Unesco

A Unesco tem vago um lugar de administrador encarregado das publicações no seu quadro orgânico (P-3).

As suas atribuições são as seguintes:

- 1 Planificar e organizar entre os Estados membros e as organizações internacionais inquéritos com o fim de recolher ou examinar textos que apareçam em publicações como «Études à l'étranger» ou «Cours de vacances à l'étranger»;
- 2 Controlar e coordenar no que respeita a textos ingleses, espanhóis e franceses, os trabalhos da Secção de investigações e publicações;
  - 3 Assegurar, segundo as necessidades, a redacção de documentos e de relatórios;
- 4 Contactar com a Secção dos documentos e publicações para o estabelecimento de planos relativos à apresentação e ao formato de todas as publicações do Departamento, à sua disposição e à sua promoção.

Títulos e experiência requeridos:

a) Um diploma universitário ou experiência equivalente; b) Experiência na preparação de publicações (preparação de manuscritos para a impressão, correcção de provas, etc.); e) Aptidão para redigir de maneira correcta e precisa em inglês ou em francês. Bom conhecimento prático de outra língua. O conhecimento do espanhol seria também desejável; d) Experiência profissional nos domínios da livre circulação da informação e das trocas internacionais.

Quando da sua entrada em funções o titular será colocado na classe P-3 à qual corresponde o ordenado líquido de 9 666 dólares americanos por ano, pagável em francos franceses mais as indemnizações previstas.

Os candidatos devem endereçar a sua correspondência para a Division du recrutement, Bureau du personnel, Unesco, 1 Rue Miollis, Paris XV°., France, mencionando a referência: FF-06.

# A biblioteca filatélica de Munique (1)

Para muitos coleccionadores de selos e amigos da filatelia é certamente uma grande surpresa ter conhecimento que a maior biblioteca filatélica pública se encontre em Munique. Ela está vinculada à Biblioteca Municipal de Munique. Existem apenas duas bibliotecas semelhantes, ambas em Nova Iorque, sendo, porém, de propriedade particular e não concedendo normalmente acesso aos filatelistas. Múltiplas são as funções da Biblioteca de Munique. Constituir o acervo, mantê-lo e completá-lo são apenas alguns pontos. Acrescenta-se a isso a remessa de livros — mensalmente cerca de 250 — o seu registo, embalagem, o controle da sua devolução e a sua redistribuição que tem de ser feita. Prestação de informações locais são actividades paralelas. A biblioteca empresta livros e revistas a qualquer pessoa. A sua utilização é gratuita para os membros da Federação Alemã de Filatelistas. A taxa de empréstimo, por outro lado, é de 0,30 DM por livro, sendo o prazo de empréstimo de 4 semanas, devendo ser pago o porte postal de devolução.

A Biblioteca Filatélica de Munique foi fundada e instalada por Christoph Otto Müller na década de 20. Müller era um funcionário municipal e um filatelista apaixonado. Antes

<sup>(1)</sup> In: «Boletim», Bonn, (2) Jun. 1970 p. 152.

da II Guerra Mundial fundiram-se à Biblioteca dirigida por Müller, que depois da guerra passou a ser um departamento oficial da Biblioteca Municipal, a biblioteca de uma grande

casa de leilões e algumas bibliotecas particulares.

A biblioteca abrange hoje os seguintes assuntos: livros sobre a área de colecção da Alemanha, Europa e Ultramar; livros sobre áreas especializadas filatélicas, como, por exemplo, carimbagem, falsificações, arte de coleccionar, colecções segundo motivo, assuntos postais, etc.; aproximadamente 300 edições por ano de diferentes revistas, em parte em língua estrangeira; catálogos dos principais editores alemães e internacionais; catálogos de leilão das principais firmas da Europa Central; 50 000 cartões de uma documentação de revistas.

#### O maior acervo de cartões

Único é o acervo de cartões. Christoph Otto Müller já começara, na década de 30, com a colaboração de vários auxiliares, a classificar as diferentes revistas colocadas à disposição e principalmente a registar em cartões os artigos mais importantes nelas publicados. Os cartões estão perfeitamente conservados e constituem hoje uma documentação valiosíssima sobre factos importantes, descobertas e pesquisas, que foram publicados só em artigos e não em livro. Os cartões estão ordenados com subdivisões dos países. Eles estão sendo ampliados e trazidos à actualidade por um colaborador berlinense da Federação de Filatelistas Alemães. Ele examina cerca de 160 novas edições de revistas no país e no estrangeiro e envia os cartões para Munique. Informações por escrito, infelizmente, não podem ser prestadas por motivo de insuficiência de pessoal, mas os cartões podem a qualquer momento ser examinados em Munique.

Uma outra característica da biblioteca é que o seu acervo de livros remonta aproximadamente ao ano de 1860; revistas estrangeiras e alemãs, com edição anual completa, existem

desde o ano de 1874.

## Servicos itinerantes de microfilmagem da Unesco

Com o fim de preservar os arquivos dos Estados membros, a Unesco criou serviços itinerantes de microfilmagem cujos objectivos são: microfilmar os documentos preciosos dos arquivos que estão em risco de serem destruídos, iniciar os técnicos locais nas técnicas da microfilmagem e fazer ver às autoridades a utilidade que há em criar um centro nacional de microfilmagem encarregado de assegurar, à escala nacional, trocas culturais internacionais.

Os documentos a reproduzir podem ser de vária ordem: manuscritos, rolos de pergaminho, mapas, impressos, gravuras e desenhos, etc. São só reproduzidas as peças cuja perda

seja irreparável e cujo valor justifique essa despesa.

O Serviço de microfilmagem, em cada país onde se encontra, tira duas cópias do microfilme, uma negativa e uma positiva. Esta é depositada num centro regional onde os investigadores podem ir consultá-la.

Existem quatro depósitos regionais: na América Latina; nos Estados Árabes; na Ásia;

e na África.

Desde que começou este serviço, já foram microfilmados milhões de documentos. A partir de 1971 a Unesco não só ajudará os Estados membros a preservar os seus arquivos históricos mas também a enriquecer as coleções dos depósitos regionais de documentos microfilmados. Além disso, vão ser organizados, em diversas regiões, cursos de curta duração para formar especialistas nas técnicas do restauro e da reprografia.

#### Ano Internacional do Livro 1972

No passado mês de Março, em Bellagio (Itália) sob a presidência do Sr. Escarpit, reuniram-se representantes de entidades editoras, livreiras, de artes gráficas e de associações de bibliotecários e de documentalistas, para estudarem a celebração do *Ano Internacional do Livro* que terá lugar em 1972.

Foram aprovados os seguintes temas para essa celebração:

1—Estímulo da leitura; 2—Promoção da produção e distribuição de livros nos países do terceiro mundo; 3—Promoção da circulação do livro dentro e fora das fronteiras de cada país; 4—Salientar o papel do livro no intercâmbio cultural; 5—Reforma dos estatutos pessoais do autor e do editor; 6—Reforma da formação profissional nos sectores em relação com o livro; 7—Salientar a importância do livro na educação permanente; 8—Investigação para obter uma produção e distribuição dos livros escolares mais adaptada aos programas de educação; 9—Permitir um maior acesso à leitura científica, técnica e de referência; 10—Fornecer material de leitura às povoações recém-alfabetizadas; 11—Desenvolvimento e criação de novas bibliotecas públicas e escolares; 12—Desenvolvimento dos serviços das Bibliotecas Nacionais e dos instrumentos bibliográficos; 13—Protecção da herança literária dos países do terceiro mundo.

Serão organizadas exposições, durante o ano de 1972, subordinados aos temas escolhidos.

## Pedido de Assistente para o Departamento de Classificação da FID

A Fédération Internationale de Documentation (FID), Hofweg, 7, The Hague, Netherlands, está interessada em contratar um assistente para o seu departamento de classificação. Pede-se aos interessados experiência na CDU, um bom conhecimento de inglês, falado e escrito, e também o de uma ou duas de outras línguas mais utilizadas — francês, alemão, russo e espanhol — sendo igualmente desejável possuirem uma formação especializada em documentação geral.

O trabalho compreende principalmente a preparação de esboços de «Extensões e correcções à CDU», a revisão de manuscritos e provas de edição da CDU em várias línguas, e, ainda, a manutenção de um expediente relativo à CDU e a outros problemas de classificação.

O vencimento será da ordem dos 16 000 florins por ano, dependendo das qualificações e idade, além dos correspondentes direitos de reforma e três semanas de férias por ano.

Os interessados deverão dirigir-se, em carta escrita pelo próprio, ao endereço acima mencionado, indicando a idade, qualificações e outros elementos que achem de relevância para a apreciação das suas candidaturas.

#### Jornadas de estudo da Secção das Bibliotecas Públicas da Associação dos Bibliotecários Franceses

A 24.ª Jornada realizada no Centre Culturel d'Yerres (Essonne) teve por tema: Bibliotecas públicas e educação permanente. M. Bouvy, presidente da Secção, apresentou um esboço de biblioteca pública — verdadeiro instrumento da educação permanente posto ao serviço de uma colectividade. Mas para que a sua função possa ser cabalmente desempenhada é necessário que às características normais de biblioteca pública — aspecto de instituição de grande dispo-

nibilidade, aberta a todos durante um grande número de horas, neutralidade, gratuidade — se acrescentem as condições mínimas de uma biblioteca central de certa importância apta a responder às necessidades várias dos leitores de determinada zona geográfica. É dentro destas coordenadas que se justifica a biblioteca de sector, capaz de abranger cerca de 100 000 habitantes, e de dispor de um serviço de biblioteca adequado e eficaz. Assim, os segregados dos grandes centros urbanos, até agora condenados a pequenas bibliotecas insuficientes, encontrariam nesta fórmula a solução de igualdade no plano da documentação, da informação e da cultura.

M. Jean Hassenforder falou da função da biblioteca pública em matéria de documentação e informação, tendo acentuado o acréscimo das necessidades documentais ao nível do grande público. Enquanto que em países estrangeiros os esforços nesse domínio vêm de longa data, em França está-se ainda no começo. O desenvolvimento da documentação na biblioteca pública é um pressuposto da educação permanente. Com efeito, não se trata só de pôr os documentos impressos à disposição de todos. A revolução áudio-visual veio trazer novas perspectivas à educação na biblioteca, impondo a consequente adaptação.

M. Ronsin deteve-se nos diferentes aspectos culturais da biblioteca pública: nas actividades de animação que lhe são próprias e na sua contribuição para outras actividades ao nível da cidade e arredores através de associações culturais. Já vai longe o tempo em que o bibliotecário trabalhava confinado ao seu gabinete; hoje tem de estar presente em todas as actividades, tem de provocá-las, ajudá-las e associar-lhes, de uma maneira ou de outra, a sua instituição.

A finalizar, os bibliotecários auxiliados por especialistas debateram os seguintes temas: televisão e bibliotecas, teatro, cinema, exposições, espectáculos em geral e bibliotecas, museus e bibliotecas, promoção social e bibliotecas, posição da biblioteca no equipamento cultural das cidades, a biblioteca e os leitores, novo material das bibliotecas.

O relatório completo da 24.ª Jornada foi publicado em «Lecture et bibliothèques», (9-10)

Jan.-Jun. 1969, Section des Bibliothèques Publiques da A. B. F.

# Proposta de criação de um Centro Internacional para a preservação dos livros e manuscritos

Em vista da necessidade que há em preservar da destruição os livros e manuscritos em todo o mundo, surgiu a ideia da criação de um *centro* apoiado num departamento de conservação e capaz de preparar peritos por meio da investigação e da experiência. Esse centro daria depois informações a quem as pedisse.

A experiência de Florença, resultante das inundações de 1966, fez criar novas técnicas

de restauro, trazendo portanto valioso progresso neste campo.

Assim, a proposta é a da criação de um organismo internacional independente, com sede em Florença, administrado por uma comissão e filiado no Centro Nazionale per lo Studio della Preservazione e Restauro di Proprietá Culturale di Roma em colaboração com o Istituto di Patologia del Libro e a Universidade de Florença.

A Comissão encarregar-se-ia da criação de cursos, nomeação de pessoal docente perma-

nente, organização de conferências e selecção de candidatos a essa preparação.

# Filme sobre a pesquisa da informação

O Institute for Scientific Information de Filadélfia realizou um filme a cores sobre a pesquisa da informação (Putting scientific information to work) com o objectivo de ensinar como

podem ser solucionados os obstáculos nesta matéria e os problemas dos investigadores. O filme apresenta os processos de pesquisa da informação utilizados pelo Instituto, bem como certos serviços postos em funcionamento e que estão a ser usados com êxito pelos especialistas em todas as disciplinas.

O filme pode ser vendido às escolas e instituições que desejarem utilizá-lo como auxiliar do ensino (cursos sobre informação científica, sobre os métodos aplicáveis à investigação

bibliográfica, sobre as técnicas de investigação, etc.).

Os interessados devem enviar os seus pedidos para o seguinte endereço: Institute for Scientific Information, 325 Chestnut Street, Philadelphia, Pa. 19106, USA.

## NOTÍCIAS VÁRIAS

- \* A Associação Brasileira de Bibliotecários criou o «Grupo de Bibliotecários Biomédicos dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro» com o objectivo de elaborar um catálogo colectivo de periódicos biomédicos.
- \* Em 22 de Novembro de 1968 foi criada uma Associação de Bibliotecários da América Latina (ALBOR) que reune os bibliotecários das Américas do Norte, Central e do Sul.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR Junta de Investigações do Ultramar Decreto n.º 463/70, de 8 de Outubro

Regulamento dos Institutos de Investigação Científica de Angola e Moçambique

## Capítulo X

# Do centro de documentação científica

Art. 68.º Cada instituto de investigação científica terá um centro de documentação científica, que funcionará na dependência do departamento dos serviços centrais.

Art. 69.º O Centro exercerá as suas funções à escala provincial, competindo-lhe actuar como central colectora, selectora e difusora de documentação e informação em todos os domínios do conhecimento, procurando servir não só as necessidades do pessoal do Instituto, mas também as de todos os estudiosos, nacionais ou estrangeiros.

Art. 70.º Para esse efeito, o centro compreenderá as secções que forem julgadas neces-

sárias e que constarão de regulamento próprio.

Art. 71.º — 1. O centro será chefiado por um membro do pessoal científico ou técnico superior do instituto, designado pelo director.

2. O chefe do centro de documentação científica receberá a gratificação mensal constante do quadro VI anexo.

Art. 72.º O restante pessoal do centro será o constante do quadro III-A anexo.

## QUADRO III-A

Pessoal técnico adjunto e auxiliar do centro de documentação científica

Designação funcional 1) Pessoal técnico adjunto:	Categoria	Gratificação mensal
Documentalista	Н	1 500\$00
Documentalista-adjunto	I	1 000\$00
Assistente de documentalista	K	1 000\$00
2) Pessoal técnico auxiliar:		
Ajudante de documentalista	L	750\$00
Catalogador	N	500\$00
Praticante	0	300\$00
(Diário do Governo, I Série, n.º 233 — 197	70–10–8).	

# Biblioteca Municipal da Figueira da Foz

O quadro de pessoal aprovado em sessão da Câmara Municipal de 11/5/70 e em sessão do Conselho Municipal de 27/6/70 foi o seguinte:

(a)	1	Bibliotecário de 2.ª								7 100\$00
		Catalogador de 1.ª								
		Catalogadores de 2.ª a .								2 200\$00
		Fiéis de 1.ª a								2 600\$00
		Fiel de 2. <sup>a</sup>								2 400\$00
		Ajudantes de Fiel a								1 600\$00
	2	Vigilantes a			44					1 300\$00
	2	Serventes a	•	١						1 200\$00

# Mapa anexo do Decreto-Lei n.º 407/70

## UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Reitoria:		
1	Primeiro-bibliotecário Segundo-bibliotecário	7 800\$00 7 100\$00
	Faculdade de Letras	
3	Catalogadores de 1.ª classe	3 200\$00

<sup>(</sup>a) Exige o Curso de Bibliotecário-Arquivista.

<sup>(</sup>b) Exige o Curso Geral dos Liceus ou o Curso de Formação e do Comércio.

# Faculdade de Direito

	•••••	
4	Catalogadores de 1.ª classe	3 200\$00
	Faculdade de Medicina	
4	Catalogadores de 2.ª classe	2 600\$00
1	Anexos à Faculdade de Ciências Instituto Geofísico Catalogador de 1.ª classe	3 200\$00
	Faculdade de Farmácia	
1	Catalogador de 1.ª classe	3 200\$00
Reitoria: 1 4 3 Secretaria		7 800\$00 7 100\$00 6 500\$00
3	Catalogadores de 1.ª classe	3 200\$00
	Faculdade de Letras	
17	Catalogadores de 1.ª classe	3 200\$00
	Faculdade de Direito	
4	Catalogadores de 1.ª classe	3 200\$00
	Faculdade de Medicina	
6	Catalogadores de 1.ª classe	3 200\$00
Cadernos Bihl. Ara. Doc. Coim	hra 7 (3-4) Jul -Out 1970 p. 184-228	217

	Faculdade de Ciências	
2	Catalogadores de 1.ª classe	3 200\$00
	UNIVERSIDADE DO PORTO Faculdade de Letras	
1	Catalogador de 1.ª classe	3 200\$00
	Faculdade de Medicina	
10	Catalogadores de 1.ª classe	3 200\$00
	UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	
	Instituto Superior Técnico	
6 2	Catalogadores de 1.ª classe Catalogadores de 2.ª classe	3 200\$00 2 600\$00
	ESCOLA SUPERIOR DE MEDICINA VETERINÁRIA E HOSPITAL VETERINÁRIO	
1 (Dia	Catalogador de 1.ª classe ário do Governo, I Série, n.º 195 — 1970-8-24).	3 200\$00

#### MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria de Estado da Indústria Inspecção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais

#### Portaria n.º 323/70

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria, ouvido o Conselho de Normalização, aprovar, com as alterações propostas no respectivo parecer, a revisão da norma NP-17 (1960) — Formatos dos papéis, feita nos termos do artigo 9.º do Estatuto de Normalização (Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952). (Diário do Governo, I Série, n.º 151 — 1970-7-1).

#### Portaria n.º 329/70

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria, ouvido o Conselho de Normalização, aprovar, com as alterações propostas nos respectivos pareceres, a revisão das normas portuguesas NP-2 (1960) — Folha de norma — Dimensões e disposição. Primeira página e NP-3 (1960) — Folha de norma — Disposição. Páginas «continuação», feita nos termos do artigo 9.º do Estatuto de Normalização (Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952). (Diário do Governo, I Série, n.º 152 — 1970-7-2).

Portaria n.º 359/70

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38 801, de 25 de Junho de 1952, aprovar como norma definitiva, com as alterações propostas no respectivo parecer do Conselho de Normalização e com o n.º NP-586, a seguinte norma provisória:

P-586 — Fichas bibliográficas. (Diário do Governo, I Série, n.º 163 — 1970-7-15).

Portaria n.º 371/70

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Indústria, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 48 454, de 25 de Junho de 1968, aprovar como norma definitiva o inquérito I-899, com as alterações propostas no respectivo parecer do Conselho de Normalização e com o número e título seguintes:

NP-817 — Símbolos de línguas, países e autoridades competentes. (Diário do Governo,

I Série, n.º 169 — 1970-7-22).

## Incorporações de livros de registo paroquial

Para os devidos efeitos e de harmonia com o disposto no artigo 5.º do Decreto n.º 1 630, de 9 de Junho de 1915, se publica a relação dos livros paroquiais da Conservatória do Registo Civil de Pombal incorporados no Arquivo Distrital de Leiria, nos termos do artigo 37.º do Código do Registo Civil:

Concelho de Pombal Freguesia de Abiul:

Um livro de registos de baptismos de 1827 a 1867; Um livro de registos de casamentos de 1811 a 1867; Um livro de registos de óbitos de 1815 a 1867.

Freguesia de Almagreira:

Sete livros de registos de baptismos de 1863 a 1869; Sete livros de registos de casamentos de 1863 a 1869; Sete livros de registos de óbitos de 1863 a 1869.

Freguesia de Louriçal:

Um livro de registos de baptismos de 1835 a 1863.

Freguesia de Mata Mourisca:

Sete livros de registos de baptismos de 1863 a 1869; Sete livros de registos de casamentos de 1863 a 1869; Sete livros de registos de óbitos de 1863 a 1869.

Freguesia de Pelariga:

Sete livros de registos de baptismos de 1863 a 1869; Sete livros de registos de casamentos de 1863 a 1869; Sete livros de registos de óbitos de 1863 a 1869.

Freguesia de Pombal:

Sete livros de registos de baptismos de 1863 a 1869; Sete livros de registos de casamentos de 1863 a 1869; Sete livros de registos de óbitos de 1863 a 1869.

Freguesia de Redinha:

Um livro de registos de baptismos de 1860 a 1865; Um livro de registos de casamentos de 1860 a 1865; Um livro de registos de óbitos de 1860 a 1865.

Freguesia de Santiago de Litém:

Dois livros de registos de baptismos de 1863 e 1864; Dois livros de registos de casamentos de 1863 e 1864; Dois livros de registos de óbitos de 1863 e 1864.

Freguesia de S. Simão de Litém:

Um livro de registos de baptismos de 1860 a 1864; Um livro de registos de casamentos de 1860 a 1869; Um livro de registos de óbitos de 1860 a 1867.

Freguesia de Vermoil:

Um livro de registos de baptismos de 1859 a 1868; Um livro de registos de casamentos de 1844 a 1865.

Freguesia de Vila Chã:

Um livro de registos de baptismos de 1860 a 1863; Um livro de registos de casamentos de 1860 a 1863; Um livro de registos de óbitos de 1860 a 1863. (Diário do Governo, II Série, n.º 169 — 1970-7-22).

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes Serviços das Bibliotecas e Arquivos

Para os devidos efeitos se declara que, por despacho ministerial de 24 de Fevereiro, foi, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 20 586, de 27 de Novembro de 1931, do artigo 2.º do Decreto nº 20 985, de 7 de Março de 1932, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 38 906, de 10 de Setembro de 1952, e de acordo com o estabelecido no n.º 5 do § único do artigo 20.º do Decreto n.º 46 349, de 22 de Maio de 1965 (Regimento da Junta Nacional de Educação), e no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, mandada inventariar a espécie documental que a seguir se descreve e de que é proprietária a Sr.ª D. Irene de Brito Subtil, residente na Praça do Capitão Mouzinho de Albuquerque, 2.º Bairro do Alcaide, em Cascais:

Foral de Beja — Códice em pergaminho, 30 cm X 21 cm (3)+I-XVI+(3) fls. regradas; no verso da fl. (1) e fl. (2), a duas colunas a «Tauoada», a vermelho, com títulos a negro e o número das folhas a vermelho; fls. (2 v.º e 3) em branco, de fls. I a XV, o texto da carta a uma coluna de 25 l.; fl. I iluminada a ouro e cores; ao alto, as armas reais no meio de duas esferas armilares, com datas no zodíaco; na da esquerda 1505 e 1506 na da direita; por debaixo, em maiúsculas e banda prateada, «Dom Manvel», seguindo-se o texto enquadrado em tarja iluminada a cores, capitais iluminadas a vermelho e azul; fl. XV v.º, o final da carta, dada em Santarém no 1.º de Junho de 1510; fl. XVI em branco; fl. (17), em cursivo, o auto da publicação do foral na Câmara de Beja em 17 de Fevereiro de 1516; fls. (17 v.º e 18) em branco; fls. (18 v.º e 19), vistos de várias correições, a mais recente com data de 21 de Junho de 1936; falta o selo pendente. Encadernação de carneira, com ferros a seco; ao centro de ambas as capas, as armas reais, de metal; nos cantos, esferas armilares; dois fechos com as armas reais. (Diário do Governo, II Série, n.º 168 — 1970-7-21).

## MINISTÉRIO DO ULTRAMAR Inspecção-Geral de Minas Decreto n.º 316/70

Pessoal do qu	adro dos Serviços de	Geologia e Minas do U	ltramar
Designação	Categoria	Angola	Moçambique
Pessoal admin	istrativo	the rest of the same	
Adjunto administrativo .	E	1	1
Chefe do contencioso	F	1	1
Conservador-bibliotecário	F	1	1
(Diário do Governo.	I Série, n.º 158 —	1970-7-9).	

# MINISTÉRIO DO ULTRAMAR Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações Orgânica do Laboratório de Engenharia de Moçambique

Decreto n.º 287/70

Art. 28.º—O Centro de Documentação Técnica tem por objectivo fundamental funcionar como central colectora, selectora, informadora, orientadora e difusora da documentação que interesse à actividade tanto do pessoal do Laboratório de Engenharia de Moçambique como de quaisquer outros técnicos do domínio da engenharia civil.

#### QUADRO II Pessoal contratado

Tvulliero de lugares					Funcionalismo Ultramarino
1 Técnico documentalista de 1.ª classe.					K
2 Técnicos documentalistas de 2.ª classe					M
2 Técnicos documentalistas de 3.ª classe					N

(Diário do Governo, I Série, n.º 144 — 1970-6-23).

Nimera de lucaras

#### MINISTÉRIO DO ULTRAMAR Direcção-Geral da Administração Civil Decreto-Lei n.º 275/70

- Art. 3.º 1. No Arquivo Histórico Ultramarino é criado o lugar de terceiro-bibliotecário-arquivista, incluído na letra J referida no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969.
- 2. O lugar criado pelo número anterior será provido por nomeação de diplomado com o curso de bibliotecário-arquivista, segundo a classificação obtida em concurso documental.

(Diário do Governo, I Série, n.º 140 — 1970-6-18).

# \* LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

\* Nos termos dos artigos 12.°, 14.° e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, é aberto concurso para provimento do seguinte lugar do quadro referido no artigo 15.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968):

Director do Arquivo Distrital de Aveiro (terceiro-conservador).

Podem concorrer:

- 1) As pessoas habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista;
- 2) As pessoas que, embora ainda não habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista, já possuam aprovação nos exames finais de todas as disciplinas do mesmo curso;

3) As pessoas habilitadas com um curso superior.

Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no Diário do Governo, os seus requerimentos, dos quais constarão, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, as indicações seguintes:

a) Nome completo;

b) Filiação;

- c) Data e localidade do nascimento;
- d) Estado;
- e) Profissão;

f) Residência;

g) Serviço do Arquivo de Identificação que emitiu o bilhete de identidade e número e data deste;

h) Cumprimento das obrigações da Lei do Serviço Militar;

 i) Posse das habilitações literárias exigidas para a admissão ao concurso e respectivas classificações;

 j) Quaisquer circunstâncias que reputem susceptíveis de influirem na apreciação do seu mérito ou constituirem motivo de preferência legal.

Ao mesmo requerimento, serão juntos um curriculum vitae do candidato (exposição documentada da sua carreira científica, profissional e dos seus títulos científicos), bem como os documentos, publicações e trabalhos que comprovem os méritos literários ou científicos do candidato.

No requerimento deverá ser inutilizada uma estampilha fiscal da taxa de 50\$00.

É dispensada a apresentação inicial dos seguintes documentos:

a) Certidão do registo de nascimento;

b) Certificado do registo criminal;

- c) Atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área da residência do candidato, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 40 365, de 29 de Outubro de 1955;
- d) Certificado passado por um dispensário antituberculoso nos termos do artigo e decreto-lei referidos:
- e) Documento comprovativo das habilitações literárias referidas na alínea i) do presente aviso. (Diário do Governo, II Série, n.º 114 1970-5-15).

\* Na Direcção Geral de Administração Civil, Ministério do Ultramar, aceitam-se inscrições até ao dia de 16 de Junho próximo, para o provimento do cargo de bibliotecário-documentalista da Direcção dos Serviços de Economia em Lourenço Marques.

Aos candidatos é exigido o curso de uma das Secções da Faculdade de Letras do País e o documento comprovativo de possuir a especialização de bibliotecário-arquivista nos

termos do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22-5-1969.

Ao cargo está atribuído o vencimento total de 9 000\$00, acrescido da gratificação mensal de 2 000\$00, além do subsídio de renda de casa.

\* A Missão de Estudos Bioceanológicos e de Pesca de Angola, com sede no Lobito, está interessada em contratar um bibliotecário. Esclarecimentos mais detalhados poderão ser prestados no Ministério do Ultramar.

Contactar com: Dr.ª Amélia Salgueiro ou Eng. Afonso Dias Telef. 611173 — Ext. — 465.

\* São avisados os terceiros-conservadores e terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redação do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, a sua transferência para o lugar de terceiro-conservador do Instituto Superior de Agronomia, lugar vago pela exoneração de Maria das Dores Marques da Costa Lopes da Silva.

Os respectivos requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de dez dias a contar da publicação do presente aviso no Diário do Governo. (Diário do Governo,

II Série, n.º 181 — 1970-8-6).

\* São avisados os terceiros-bibliotecários e os terceiros-conservadores do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968, com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, a sua transferência para o lugar de terceiro-bibliotecário da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, lugar vago pela passagem à situação de licença ilimitada da licenciada Maria da Graça Chorão de Almeida Lima Correia (Diário do Governo, 2.ª série, n.º 21, de 25 de Janeiro de 1968).

Os respectivos requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de dez dias a contar da publicação do presente aviso no Diário do Governo. (Diário do Governo,

II Série, n.º 181 — 1970-8-6).

\* Nos termos do artigo 17.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, conjugado com o n.º 6 do artigo 21.º do Decreto n.º 47 639, de 13 de Abril de 1967, se torna público que está aberto concurso documental para o provimento de uma vaga de bibliotecário-documentalista do quadro comum dos Serviços de Economia do Ultramar, com colocação na província de Moçambique, pelo prazo de trinta dias, a contar do dia imediato ao da publicação do presente aviso no «Diário do Governo».

Os candidatos deverão entregar na Repartição do Pessoal Civil da Direcção-Geral de Administração Civil (5.ª Secção), deste Ministério, o respectivo requerimento, dirigido a S. Ex.ª o Ministro do Ultramar, no qual deverá constar o nome, filiação, idade, estado, número do bilhete de identidade e serviço do Arquivo de Identificação que o conferiu, naturalidade e residência e ser acompanhado dos seguintes documentos devidamente autenticados pelo

organismo oficial que o passou ou com assinatura reconhecida por notário:

 a) Pública-forma da carta de curso de uma das secções da Faculdade de Letras do País;

b) Certidão donde conste a média final do referido curso;

c) Certidão de nascimento, de teor;

d) Documento comprovativo de ter cumprido os preceitos da Lei do Serviço Militar;

e) Quaisquer outros documentos que os candidatos entendam deverem ser apreciados pelo júri.

Nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49 397, de 24 de Novembro de 1969, é dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas c) e d) deste aviso, devendo o candidado declarar no respectivo requerimento — que está sujeito ainda ao imposto do selo da taxa de 50\$00, a pagar por estampilhas fiscais — em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das condições exigidas nas referidas alíneas c) e d). (Diário do Governo, II Série, n.º 190 — 1970-8-18).

\* São avisados os primeiros-conservadores e os primeiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, a sua transferência para o lugar de primeiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os respectivos requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro de dez

dias, a contar da publicação do presente aviso no «Diário do Governo».

(Diário do Governo, II Série, n.º 202 — 1970-9-1).

\* São avisados os terceiros-bibliotecários e os terceiros-conservadores do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489), de 18 de Julho de 1968) com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, a sua transferência para os seguintes lugares:

De terceiro-bibliotecário:

Dois lugares na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os respectivos requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de dez dias, a contar da publicação do presente aviso no «Diário do Governo». (Diário do Governo, II Série, n.º 203 — 1970-9-2).

\* São avisados os primeiros-conservadores e os primeiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, a sua transferência para o lugar de director (primeiro-bibliotecário) da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga.

Os respectivos requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de dez dias, a contar da publicação do presente aviso no «Diário do Governo». (Diário do

Governo, II Série, n.º 215 - 1970-9-16).

# Câmara Municipal da Figueira da Foz

\* António Melo da Silva e Costa, licenciado em Medicina e Cirurgia e presidente substi-

tuto da Câmara Municipal da Figueira da Foz:

Faz público que, de harmonia com a deliberação tomada em reunião ordinária de 6 de Julho último, se encontra aberto concurso documental, pelo prazo de trinta dias, a contar do dia seguinte ao da publicação deste aviso no «Diário do Governo», para provimento de um lugar de segundo-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, a que corresponde o vencimento de 7 100\$00, cargo criado por deliberação desta Câmara Municipal

de 11 de Maio de 1970 e aprovado pelo conselho municipal em reunião de 27 de Junho do mesmo ano.

O provimento é feito por contrato sucessivamente renovável, devendo os interessados apresentar na secretaria desta Câmara, dentro do citado prazo, requerimento, feito pelo próprio punho e com assinatura inutilizando um selo fiscal de 50\$00, reconhecida por notário, contendo o nome completo, profissão, estado civil, filiação, naturalidade, data do nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço do Arquivo de Identificação onde foi passado e ainda a declaração a que se refere o § 1.º do artigo 460.º do Código Administrativo, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 30/70, podendo ainda conter a especificação de quaisquer circunstâncias que o candidato repute susceptíveis de influirem na apreciação do seu mérito ou de constituirem motivo de preferência legal, de acordo com o § 2.º do mesmo artigo do citado Código.

A este concurso podem ser admitidos candidatos que, além dos requisitos legais, provem:

a) Possuir o curso de bibliotecário-arquivista;

b) Ter prestado três anos de bom e efectivo serviço nos quadros do Estado ou das autarquias locais ou em empresas concessionárias de serviços públicos.

Na falta de candidatos com o tempo de serviço exigido na alínea b), podem ser admitidos quaisquer concorrentes desde que, além dos requisitos legais, provem ter o curso de bibliotecário-arquivista. (Diário do Governo, III Série, n.º 222 — 1970-9-24).

\* São avisados os primeiros-conservadores e os primeiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, a sua transferência para o lugar de primeiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os respectivos requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de dez dias, a contar da publicação do presente aviso no «Diário do Governo». (Diário do

Governo, II Série, n.º 224 - 1970-9-26).

\* São avisados os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, a sua transferência para o lugar de director (segundo-bibliotecario) da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.

Os respectivos requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de dez dias, a contar da publicação do presente aviso no «Diário do Governo». (Diário do

Governo, II Série, n.º 224 — 1970-9-26).

\* São avisados os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, o seu provimento no lugar de primeiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos, dos quais constarão, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, as indicações seguintes:

a) Nome completo;

b) Filiação;

- c) Data e localidade do nascimento;
- d) Estado;
- e) Profissão;

f) Residência;

g) Quaisquer circunstâncias que o candidato repute susceptíveis de influirem na apreciação do seu mérito ou de constituirem motivo de preferência.

Ao mesmo requerimento serão juntos um curriculum vitae do candidato (exposição documentada da sua carreira científica, profissional e dos seus títulos científicos), bem como os documentos, publicações e trabalhos que comprovem os méritos literários ou científicos do candidato.

No requerimento deverá ser inutilizada uma estampilha fiscal da taxa de 50\$00. (Diário do Governo, II Série, n.º 225 — 1970-9-28).

\* Nos termos do artigo 12.º e 14.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, é aberto concurso para provimento dos seguintes lugares do quadro referido no artigo 15.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Iulho de 1968):

De terceiro-bibliotecário:

Um lugar na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.

Dois lugares na Biblioteca Nacional de Lisboa.

De terceiro-conservador:

Um lugar no Instituto Superior de Agronomia.

#### Podem concorrer:

1) As pessoas habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista;

 As pessoas que, embora ainda não habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista, já possuam aprovação nos exames finais de todas as disciplinas do mesmo curso;

3) As pessoas habilitadas com um curso superior.

Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no «Diário do Governo», os seus requerimentos, dos quais constarão, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, as indicações seguintes:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e localidade do nascimento;
- d) Estado;
- e) Profissão;
- f) Residência;
- g) Serviço do Arquivo de Identificação que emitiu o bilhete de identidade e número e data deste;
- h) Cumprimento das obrigações da Lei do Serviço Militar;
- i) Posse das habilitações literárias exigidas para a admissão ao concurso e respectivas classificações;
- j) Quaisquer circunstâncias que reputem susceptíveis de influirem na apreciação do seu mérito ou constituirem motivo de preferência legal.

Ao mesmo requerimento serão juntos um curriculum vitae do candidato (exposição documentada da sua carreira científica, profissional e dos seus títulos científicos), bem como os documentos, publicações e trabalhos que comprovem os méritos literários ou científicos do candidato.

No requerimento deverá ser inutilizada uma estampilha fiscal da taxa de 50\$00.

É dispensada a apresentação inicial dos seguintes documentos:

a) Certidão do registo de nascimento;

b) Certificado de registo criminal;

- c) Atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área da residência do candidato, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 40 365, de 29 de Outubro de 1955;
- d) Certificado passado por um dispensário antituberculoso nos termos do artigo e decreto-lei referidos;
- e) Documento comprovativo das habilitações literárias referidas na alínea i) do presente aviso.

(Diário do Governo, II Série, n.º 223 — 1970-9-25).

\* Para os devidos efeitos, é aberto concurso para provimento do lugar de segundo-bibliotecário além do quadro da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Podem concorrer:

1) As pessoas habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista;

2) As pessoas que, embora ainda não habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista, já possuam aprovação nos exames finais de todas as disciplinas do mesmo curso;

3) As pessoas habilitadas com um curso superior.

Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dentro do prazo de quinze dias, a contar de publicação do presente aviso no Diário do Governo, os seus requerimentos, dos quais constarão, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, as indicações seguintes:

a) Nome completo; b) Filiação; c) Data e localidade do nascimento; d) Estado;

e) Profissão; f) Residência; g) Serviço do Arquivo de Identificação que emitiu o bilhete de identidade e número e data deste; i) Cumprimento das obrigações da Lei do Serviço Militar; i) Posse das habilitações literárias exigidas para a admissão ao concurso e respectivas classificações; j) Quaisquer circunstâncias que reputem susceptíveis de influirem na apreciação do seu mérito ou de constituirem motivo de preferência legal.

Ao mesmo requerimento serão juntos um curriculum vitae do candidato (exposição documentada da sua carreira científica, profissional e dos seus títulos científicos), bem como os documentos, publicações e trabalhos que comprovem os méritos literários ou científicos do candidato.

No requerimento deverá ser inutilizada uma estampilha fiscal da taxa de 50\$00.

É dispensada a apresentação inicial dos seguintes documentos:

a) Certidão do registo de nascimento; b) Certificado do registo criminal; c) Atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área da residência do candidato, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 40 365, de 29 de Outubro de 1955; d) Certificado passado por um dispensário antituberculoso, nos termos do artigo e decreto-lei referidos; e) Documento comprovativo das habilitações literárias referidas na alínea i) do presente aviso. (Diário do Governo, II Série, n.º 235 — 1970-10-10).

## \* MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

- \* Licenciada Maria Emília Moreira Martins Raposo contratada para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. (Diário do Governo, II Série, n.º 146 1970-6-25).
- \* Licenciado António Cerqueira Ferraz Correia reconduzido, em comissão de serviço, para primeiro-bibliotecário da Universidade de Luanda. (Diário do Governo, II Série, n.º 161 1970-7-13).
- \* Licenciada Dulce Isabel do Carmo Cabrita contratada para primeiro-bibliotecário além do quadro do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, da Universidade Técnica de Lisboa. (Diário do Governo, II Série, n.º 190 1970-8-8).
- \* Licenciada Maria Manuela de Oliveira Barbosa Gama da Costa Figueira nomeada, nos termos do n.º 1, 1.º da base XI da Lei Orgânica do Ultramar Português, artigos 8.º e 27.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, conjugados com a alínea i) do artigo 7.º, n.º 1, do Decreto n.º 207/70, de 12 de Maio de 1970, para o lugar de bibliotecária do Instituto do Café de Angola, criado pela Portaria n.º 13 112, de 1 de Fevereiro de 1964, ainda não provido. (Diário do Governo, II Série, n.º 190 1970-8-18).
- \* Licenciada Maria das Dores Marques da Costa Lopes da Silva, segundo-conservador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, a partir de 24 de Julho de 1970. (Diário do Governo, II Série, n.º 195 1970-8-24).
- \* Licenciado António Salustiano Lopes de Brito—contratado para, como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), ocupar o cargo de director do Arquivo Distrital de Faro. (Diário do Governo, II Série, n.º 209 1960-9-9).
- \* Licenciada Maria das Dores Marques da Costa Lopes da Silva, segundo-conservador da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa exonerada, a seu pedido, a partir de 24 de Julho de 1970. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 211 1970-9-11).
- \* Licenciado Joaquim Daniel Ferreira das Neves contratado para, como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (Diário do Governo, II Série, n.º 227 1970-9-30).
- \* Licenciada Maria José Teixeira de Magalhães Mexia contratada para, como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (Diário do Governo, II Série, n.º 222 1970-9-24).
- \* Licenciado Fernando Ferrão da Silva contratado para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redação do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Biblioteca da Academia Nacional de Belas-Artes. (Diário do Governo, II Série, n.º 222 1970-9-24).